



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**RELACI – CONTAS DE GOVERNO –
CONSOLIDADO**

(ITEM 3.2.24, ANEXO III DA IN TCE/ES 68/2020)

EXERCÍCIO DE 2021



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

Prefeito Municipal

Cleudemir José de Carvalho Neto

Controlador Geral Interno

Carlos Alberto da Silva Junior

05/05/2021 à 17/12/2021

Roberta Querulim Medeiros Martins

16/04/2021 à 04/05/2021

Marcos Antônio de Souza

01/04/2021 à 15/04/2021

Luciane Teresinha Piovani Palácios

06/01/2021 à 30/03/2021

Coordenador da Unidade Central de Controle Interno

Ivana Cecília Lacerda Loreti

01/06/2021 à 17/12/2021

Eduarda Simonetti Pise

19/01/2021 à 30/05/2021

Auditores Públicos Municipais

Luciane Teresinha Piovani Palácios

A partir de 01/07/2021

Yago Cindra Rodrigues

06/10/2021 à 17/12/2021

Roberta Querulim Medeiros Martins

06/01/2021 à 15/04/2021

05/05/2021 à 04/07/2021



SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
1.1 Quadro de Pessoal da UCCI	5
1.2 Capacitações realizadas pelos servidores.....	5
1.3 Atividades desenvolvidas pela UCCI.....	6
2. Pontos de Controle Avaliados.....	8
2.1 Constatações e Proposições dos Pontos de Controle	18
3. Acompanhamento das Auditorias Realizadas – Exercícios Anteriores	25
3.1 Acompanhamento Auditoria 2019.....	25
3.2 Acompanhamento Auditoria 2018.....	30
4. Acompanhamento da Fiscalização/Levantamento TCE/ES 2018.....	37
5. Acompanhamentos Plano de Ação – TCE/ES	39
5.1 Plano de Ação – Fiscalização/Auditoria da Receita – TCE/ES	39
5.2 Plano de Ação – Fiscalização/auditoria do Plano Municipal de Educação – TCE/ES	54
6. Acompanhamento da Tomada de Contas Especial-TCE/ES - 2018	55
7. Acompanhamento de Processos Administrativos Instaurados.....	56
7.1 Processos Administrativos - 2019	56
7.2 Processos Administrativos - 2020	56
7.3 Processos Administrativos - 2021	56
8. Considerações Finais	57



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Gestor Responsável: Cleudenir José de Carvalho Neto

Exercício: 2021

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar as atividades executadas pela Unidade Central do Controle Interno - UCCI, conforme as ações previstas no Plano Anual das Atividades do Controle Interno (PAACI/2021), assim como as atividades não planejadas, mas que exigiram atuação direta da equipe desta Unidade Central de Controle Interno.

Durante o exercício de 2021, essa UCCI orientou e cobrou ao Chefe do Poder Executivo quanto as ações que deveriam ser realizadas para atender o Plano de Ação referente a Fiscalização – Auditoria da Receita (Termo de Notificação 00386/2018-9), já enviado ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, visto que foi solicitado ao TCEES prorrogação do prazo para cumprimento das ações a serem cumpridas, não tendo o Chefe do Poder Executivo Municipal, até a presente data, resposta quanto a concessão da prorrogação do prazo.

Acompanhou-se também, o Plano de Ação referente a Fiscalização – Auditoria do Fundo Municipal de Educação (Acórdão 00540/2019-1, Processo TC05960/2018-5).

Houve, igualmente, o monitoramento das auditorias e inspeções do exercício de 2018 e 2019.

Esta UCCI prestou assessoramento, orientação e atendimento de consultas técnicas às Secretarias Municipais, em relação aos assuntos referentes a demanda da Ouvidoria.

Foram elaborados os Relatórios RELACI (Relatório de Atividades do Órgão Central de Controle Interno), RELOCI e RELUCI (Parecer Conclusivo das Prestação de Contas Anuais).

As ações da Unidade Central de Controle Interno para o ano de 2021 continuaram a ser estruturadas levando em consideração os impactos da Pandemia causada pelo Coronavírus, haja vista a permanência desta no ano de 2021.

A Unidade Central de Controle Interno acompanhou as alterações legislativas, orientações de órgãos de controle externo e de consultoria, como Confederação Nacional dos Municípios, FECONTEs, SECONT/ES, TCE/ES, TCU, dentre outros. A partir disso manteve-se promovendo discussões internas, com a equipe e com os setores estratégicos da Prefeitura, como Procuradoria Geral do Município, Gabinete do Prefeito, Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Divisão de Contabilidade, dentre outros.

Ainda em relação ao enfrentamento da COVID-19 no Município, empreendeu-se considerável tempo, eis que permaneceu a publicação de processos de aquisição de insumos destinados ao combate da COVID-19, lado outro, realizou uma série de orientações sobre a imunização contra a COVID-19, e acompanhamentos e cobranças da atualização do boletim epidemiológico e de vacinação no Portal.

Acompanhou-se, também, as atualizações no Portal da Transparência, assim como publicação de decretos e portarias no Portal do Município, priorizando, inclusive, os decretos relativos às medidas para contenção da disseminação do Coronavírus e enfrentamento da Pandemia no Município de Dorcas do



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

Rio Preto.

A equipe da UCCI, a fim de se capacitar, bem como orientar a atuação do gestor e de Secretários Municipais, realizou diversos cursos online no ano de 2021, cursos estes oferecidos pela Escola de Contas do TCE/ES, Controladoria Geral da União, dentre outras instituições.

Na sua função de auxiliar o Controle Externo, a UCCI enviou quinzenalmente a Planilha com as informações das aquisições emergenciais, solicitada pelo TCE/ES pelo Ofício de Requisição TCE/ES nº 25/2020. Assim, esta UCCI enviou a Planilha até o dia 16/11/2021, data esta que o Tribunal nos comunicou sobre a suspensão do envio da referida Planilha.

Em 09/12/2021 foi aprovado, por meio do Decreto nº 3.917/2021, o PAACI – Plano Anual das Atividades do Controle Interno para o exercício de 2022.

Nos tópicos seguintes será apresentada: a composição do pessoal lotado nesta UCCI, a relação de cursos por eles participados, bem como as atividades executadas durante o exercício. Além dos Pontos de Controle avaliados, os achados e as devidas proposições referente ao exercício 2021, as Auditorias e o acompanhamento das ações realizadas para atender o Plano de Ação a ser enviado ao TCEES.

1.1 QUADRO DE PESSOAL DA UCCI

Cargos	2021
Controlador Geral Interno	1
Coordenador da Unidade Central de Controle Interno	1
Auditor Público Municipal (*No exercício de 2021, apenas em 02 meses do ano permaneceu-se com 02 auditores na UCCI)	2
TOTAL DE SERVIDORES	4

1.2 CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELOS SERVIDORES

Curso	Participante	Período	Carga Horária	Instituição	Modalidade	Custo (R\$)
Conversas sobre LGPD e o Papel da Ouvidoria: Anonimização e Pseudonimização de Dados Pessoais	Carlos Alberto da Silva Júnior	-	2h	Ouvidoria-Geral do Estado de Pernambuco(OGE/S CGE-PE)	On-line	0,00
9ª Edição da Série Teses de Direito Financeiro – Eficiência e controle no processo orçamentário: o caso canadense	Carlos Alberto da Silva Júnior	13/09/2021	2 h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Lançamento da Rede TCE-ES de Ouvidorias Integradas	Carlos Alberto da Silva Júnior	18 e 19/10/2021	10h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Prática em Controle Interno	Carlos Alberto da Silva Júnior	13/05/2021 a 25/10/2021	6h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Lei de Responsabilidade Fiscal	Eduarda Simonetti Pase	27/03/2019 a 03/02/2021	40h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Webinário: Ouvidoria Day	Eduarda Simonetti Pase	16/03/2021	3h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

Direito Administrativo Disciplinar: A atuação em PAD e sindicância	Eduarda Simonetti Pase	02/04/2021	5h	Instituto Educacional Estudos de Direito	On-line	0,00
Atendimento 2.0: A arte de encantar o cidadão	Ivana Cecília Lacerda Loreti	18/06/2021 a 18/07/2021	32h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Gestão em Ouvidoria na Era da Informação	Ivana Cecília Lacerda Loreti	27/06/2021 a 25/07/2021	30h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Prática em Controle Interno	Ivana Cecília Lacerda Loreti	13/05/2021 a 05/08/2021	6h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Governança, Gestão de Riscos e Compliance	Ivana Cecília Lacerda Loreti	01 a 10/09/2021	6h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
e 9ª Edição da Série Teses de Direito Financeiro - Eficiência e controle no processo orçamentário: o caso canadense	Ivana Cecília Lacerda Loreti	13/09/2021	2h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Auditoria em Folha de Pagamento	Ivana Cecília Lacerda Loreti	13 a 19/11/2021	20h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Intensivo de sistemas: FalaBR, Módulo de Tratamento e Conselho de Usuários de Serviços Públicos	Ivana Cecília Lacerda Loreti	-	9h	CGU-Controladoria Geral da União	On-line	0,00
Prática em Controle Interno	Yago Cindra Rodrigues	06/10/2021 a 15/12/2021	6h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Controle Interno, Auditoria e Certificação da Prestação de Contas Anual	Yago Cindra Rodrigues	08 a 12/11/2021	20h	TCE/ES – Tribunal de Contas do Espírito Santo	On-line	0,00
Custo Total (R\$)						0,00

1.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UCCI

- I. Análise das documentações e conferências dos arquivos que compõe a Prestação de Contas Anual das Contas de Ordenador Fundo Municipal de Saúde, Conta Ordenador Prefeitura, Conta Ordenador do RPPS e a Conta do Prefeito do Município de Dorcas do Rio Preto/ES, para elaboração do Relatório e Parecer Conclusivo da Unidade Central de Controle Interno – RELUCI, relativo ao exercício financeiro de 2020;
- II. Acompanhamento do envio de PCM e publicação dos relatórios RGF e RREO;
- III. Orientação ao Chefe do Poder Executivo quanto a elaboração da LDO;
- IV. Acompanhamento, orientação e alerta aos setores responsáveis pelas publicações no Portal da Transparência;
- V. Análise dos demonstrativos contábeis do PREVIDRP (Instituto de Previdência do Município), assim como orientações em relação ao déficit financeiro ocorrido em determinados meses do exercício de 2021;



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

- VI. Acompanhamento das ações e orientações quanto ao cumprimento do Plano de Ação da Auditoria da Receita do TCE/ES;
- VII. Realização de acompanhamento das informações prestadas através da Ouvidoria;
- VIII. Elaboração do Plano Anual das Atividades do Controle Interno para o exercício de 2022;
- IX. Acompanhamento e cobrança quanto a situação das proposições recomendadas em relação a Auditoria Operacional 02/2019 – Verificação das Práticas de Registro, Guarda, Conservação, Localização, Depreciação e Baixas no Sistema Patrimonial;
- X. Acompanhamento e cobrança quanto a situação das proposições recomendadas em relação a Auditoria Operacional 01/2018 – Cadastro de Pessoal, Adicional de Insalubridade, Periculosidade e Adicional Noturno e Gratificação por Formação Acadêmica;
- XI. Cobrança quanto ao andamento da elaboração de “Ato Normativo regulamentando a ordem cronológica dos pagamentos”;
- XII. Participação na elaboração de Decreto de Encerramento do Exercício Financeiro de 2021 e a Abertura do Exercício Financeiro de 2022, juntamente com a Divisão de Contabilidade e a Secretaria de Administração e Finanças;
- XIII. Comunicações ao Chefe do Poder Executivo referente as orientações realizadas pela AMUNES, TCE/ES, STN e FECONTEs em relação à COVID-19;
- XIV. Publicações no Portal da Transparência do município, referente as contratações de aquisição de material e serviços em relação a COVID-19;
- XV. Orientação a secretaria de Saúde quanto as informações a serem prestadas ao TCE/ES, além de comunicações sobre a desatualização dos boletins epidemiológico e de vacinação;
- XVI. Envio quinzenal de planilha com informações das aquisições emergenciais ao TCE/ES, de acordo com Ofício de Requisição nº 25/2020, até o dia 16/11/2021;
- XVII. Acompanhamento das disposições dos Decretos Municipais que regulamentam as medidas de enfrentamento a COVID-19;
- XVIII. Elaboração e publicação do novo Manual de Auditoria;
- XIX. Análise bimestral sobre o controle de frotas da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com a IN STR nº 01/2015, bem como cobrança de entrega dos controles em atraso;
- XX. Solicitação de documentos e informações às Secretarias e suas Divisões, para fins de verificação de Pontos de Controle;
- XXI. Acompanhamento da imunização contra a COVID-19;
- XXII. Orientações sobre a Lei Complementar nº 173/2020;
- XXIII. Implantação da LGPD- Lei Geral de Proteção de Dados;
- XXIV. Repasse de informações e orientações a respeito do Cidades e E-social;
- XXV. Solicitação de aprovação de nova versão de minuta de Instrução Normativa, e retificação de erro material em determinadas IN.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

A tabela abaixo apresenta os itens selecionados para a avaliação da Conta Ordenador - Fundo Municipal de Saúde, de acordo com os itens sugeridos pela Tabela Referencial 1, do Anexo III, da IN TC 68/2020, bem como os demais itens verificados.

2. PONTOS DE CONTROLE AVALIADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle ⁸	Amostra Selecionada ⁹
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Balanco Financeiro Cadastro de Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	R\$1.101.000,00	100%
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Lei 924/2020 Balanco Orçamentário	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou mantiver RPPS.	Lei 924/2020 1.2.13hhh Balanco Orçamentário	100%
1.2.14	Equilíbrio Financeiro e Atuarial Plano de Equacionamento	Balanco Orçamentário do PREVIDRP	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	(R\$ 1.018.363,04) Valor apurado em análise do Balanco Orçamentário	100%
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Relatório e informações constantes no processo 0704/2022.	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	R\$193.884,56	100%
1.4.1.	Educação aplicação mínima	RREO 6º Bimestre Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE)	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	R\$6.484.176,29(equivalente a 27,63%)	100%
1.4.2	Educação – remuneração dos	RREO 6º Bimestre	CRFB/88, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c	Avaliar se foram destinados, no mínimo,	R\$3.757.864,79 (equivalente a 71,90%)	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	profissionais do magistério	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE)	LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.		
1.4.4	Saúde aplicação mínima	RREO 6º Bimestre Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	CRFB/88, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012	R\$3.689.671,52 (equivalente a 16,29% das despesas liquidadas)	100%
1.4.7	Despesas com pessoal limite	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$14.293.452,46 (equivalente a 42,99%)	100%
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$14.293.452,46 (equivalente a 42,99%)	100%
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências/ medidas de contenção	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$14.293.452,46 (equivalente a 42,99%)	100%
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Balanco Financeiro PMDRP Cadastro de Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil	CRFB/88, ART. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	R\$1.101.000,00	100%
1.4.15	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Dívida Consolidada Liquida	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	R\$0,00	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	R\$0,00	100%
2.1.2	LDO limitação de empenho.	Art.23 da Lei nº904/2020 LDO	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Art.28 da Lei nº904/2020 LDO	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais Atuais - Demonstrativo I – Metas Anuais – 2021	Anexo de Metas Fiscais Atuais - Demonstrativo I – Metas Anuais – 2021 https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Demonstrativo_I_Metas_Anuais_?cdLocal=2&arquivo={ACCBE6C7-AC04-E01C-CBCD-B6104B30CB4B}.pdf	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	Anexo de Metas Fiscais – LDO para 2021 https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/downloads/categoria/ldo---2021/10645 MDF 11ª edição.	Portaria STN nº 637/2012	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - LDO para 2021. https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Demonstrativo_de_Riscos_Fiscais_e_Providencias_LDO_para_2021.pdf	LC 101/2000, art. 4º, § 3º	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas,	LDO – Exercício 2021	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		cia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Demonstrativo_de_Riscos_Fiscais_e_Providencias?cdLocal=2&arquivo={68CAC0A-A-70C2-E7C1-E1BC-ADB15C5A6D61}.pdf		informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.		
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências – LDO 2021. https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Demonstrativo_de_Riscos_Fiscais_e_Providencias?cdLocal=2&arquivo={68CAC0A-A-70C2-E7C1-E1BC-ADB15C5A6D61}.pdf	Portaria nº637/2012 STN	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.9	Programação orçamentária disponibilização de estudos e estimativas de receitas.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022 .		Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.1.13	LOA reserva de contingência	Art. 19, §1º e §2º da Lei nº 904/2020 –LDO e Lei nº 926/2020-LOA - https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/ANEXO_VII_Demonstrativo_por_funcao_subfuncao_e_programa_por_projeto_atividade?cdLocal=2&arquivo={EAD3E4D-E14D-A84B-BA10-8BCDA0BDD80C}.pdf	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	R\$120.000,00	100%
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	Lei nº904/2020 LDO https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Demonstrativo_de_Riscos_Fiscais_e_Providencias?cdLocal=2&arquivo={EAD3E4D-E14D-A84B-BA10-8BCDA0BDD80C}.pdf	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais	LDO R\$285.000,00 LOA R\$250.100,00	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		quivo={68CAC0A A-70C2-E7C1- E1BC- ADB15C5A6D61}. pdf Lei nº926/2020 LOA https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/ANEXO_II_Demonstrativo_da_despesa_por_categoria_economica?cdLocal=2&arquivo={EBBAAAC8-AD8C-2108-A145-B31EE33BEBAC}.pdf		apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.		
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº703/2022	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.1.17	Transparência na gestão	Informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, através do processo nº 0705/2022	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei da LDO e da LOA.	Informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, através do processo nº0705/2022.	100%
2.2.2	Instituição, previsão e execução de receitas.	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº 0704/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 1382/2018 (pag 2020)	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação. As providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos em instâncias administrativas e judiciais, e os resultados alcançados.	R\$1.888.401,19 (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Balanço Orçamentário 2021)	100%
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14,	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

				da LRF.		
2.2.4	Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Informação prestada através do Processo nº0830/2020	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº 0703/2022 e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.2.5	Renúncia de receitas legislação específica	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022	CRFB/88, art. 150, § 6º.	Avaliar se a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica, estadual ou municipal.	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.2.6	Renúncia de receitas – resultados	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	CRFB/88, art. 37. /Legislação específica.	Avaliar se os resultados obtidos em decorrência da renúncia de receitas, sob o aspecto sócio-econômico, atenderem às justificativas apresentadas para sua concessão, as metas resultados esperados consignados nas leis que autorizaram os incentivos, bem como, se atenderam os princípios aplicáveis à administração pública consagrados no artigo 37 da CRFB/88.	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Listagem de Créditos Adicionais - Relatório emitido no sistema contábil	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	R\$ 21.931.851,09	100%
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Listagem de Créditos Adicionais - Relatório emitido no sistema contábil	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	R\$ 21.931.851,09	100%
2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Relatório Sistema Contábil	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de	-	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

				guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.		
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Verificação Portal institucional	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Verificação Portal institucional	100%
2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	Portal Institucional do Município	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Portal Institucional do Município	100%
2.2.22 A	Transparência na gestão – Publicações COVID 19	Portal e site Institucional do município	Lei 13.979/2020, art. 4, § 2º, I, II, III, IV e V.	Avaliar se foram publicadas as ações para combate a COVID-19 (decretos, despesas, contratações, receitas e doações recebidas)	Portal e site Institucional do município	100%
2.2.23	Transparência na gestão – prestação de contas	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	LC 101/2000, art. 49.	Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	-
2.3.3	Evidenciação de resultados – consolidação	Balancos que compõem a PCA 20021	Lei 4.320/1964, art. 85 / LC 101/2000, arts. 50 e 51 /Portarias STN nº 72 e 437/2012.	Verificar se os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação, inclusive estatais dependentes e consórcios públicos.	Demonstrativos Contábeis	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	Balancete da Despesa Orçamentária.	LC 101/2000, art. 30, § 7º.	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	R\$0,00	100%
2.4.4	Dívida pública – evidenciação no RGF	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	R\$0,00	100%
2.4.6	Operação de crédito – instituição financeira controlada	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	R\$0,00	100%
2.4.7	Operação de crédito – instituição financeira controlada	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	R\$0,00	100%
2.4.8	Operação de crédito – vedações	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	R\$0,00	100%
2.4.9	Operação de crédito – vedações	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no artigo 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	R\$0,00	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.4.10	Operação de crédito – despesas de capital	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	CRFB/88, art. 167, inciso III.	Avaliar se houve realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo artigo 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	R\$0,00	100%
2.4.11	Operação de crédito – limite global	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida.	R\$0,00	100%
2.4.12	Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	R\$0,00	100%
2.4.13	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	LC 101/2000, art. 40.	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no artigo 40 da LRF.	R\$0,00	100%
2.4.14	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas.	R\$0,00	100%
2.4.15	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias – limite	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	R\$0,00	100%
2.4.16	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	R\$0,00	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	R\$0,00	100%
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	LC 101/2000, art. 38, inciso IV.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do art. 38, da LRF.	R\$0,00	100%
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Lei 896/2020	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)	100%
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0727/2022	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se os entes federativos mantêm registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0727/2022.	100%
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0727/2022	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0727/2022.	100%
2.5.26	Censo Atuarial	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022 e pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art. 12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022 e pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	100%
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas,	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022.	403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	Prefeito, através do processo nº 0706/2022	
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022.	100%

2.1 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Achados/Constatações	Proposições/Alertas	Situação														
1.1.3	Conforme verificado no cadastro de movimentação financeira do sistema contábil, foi transferido ao Poder Legislativo Municipal, até o dia 20 de cada mês, o valor de R\$91.750,00, totalizando um montante total de R\$1.101.000,00.	-	Regular														
1.2.13	<p>No exercício de 2021 foi recebido pelo PREVIDRP a quantia de R\$ 524.575,36 referente ao Aporte Atuarial, em conformidade com o valor determinado no anexo I, da Lei 924/2020.</p> <p>Em apuração ao Resultado Financeiro de 2020, identificou-se ausência de Equilíbrio Financeiro, decorrente da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, conforme demonstrado abaixo:</p> <table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>3.623.790,79</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.553.573,36</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>524.575,36</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>2.564.005,29</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td>(=) Insuficiência Financeira</td><td>(R\$1.018.363,04)</td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário 2021</p> <p>Sendo:</p> <p>Receita Patrimonial = Rendimento Aplicação Financeira</p> <p>Outras Receitas Correntes = Aporte Atuarial</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	3.623.790,79	(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36	(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36	(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29			(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.018.363,04)	<p>Deverá haver o Repasse Financeiro ao PREVIDRP, sempre que necessário, promovendo a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS, em virtude de que falta de existência do mesmo descapitaliza o RPPS.</p> <p>Nos exercícios de 2018 e 2019 os diretores presidentes foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (processo 14721/2019-7 e processo 0437/2020-1).</p> <p>A Lei nº 954/2021 "Dispôs sobre o parcelamento de débitos referentes a Aportes Financeiros devidos e não repassados ao RPPS".</p>	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	3.623.790,79																
(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36																
(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36																
(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29																
(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.018.363,04)																
1.2.14	<table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>3.623.790,79</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.553.573,36</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>524.575,36</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>2.564.005,29</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td>(=) Insuficiência Financeira</td><td>(R\$1.018.363,04)</td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro 2021</p> <p>Sendo:</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	3.623.790,79	(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36	(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36	(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29			(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.018.363,04)	<p>Deverá haver o Repasse Financeiro ao PREVIDRP, sempre que necessário, promovendo a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS, em virtude de que falta de existência do mesmo descapitaliza o RPPS.</p> <p>Nos exercícios de 2018 e 2019 os diretores presidentes foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (processo 14721/2019-7 e processo 0437/2020-1).</p>	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	3.623.790,79																
(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36																
(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36																
(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29																
(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.018.363,04)																



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	Receita Patrimonial = Rendimento Aplicação Financeira Outras Receitas Correntes = Aporte Atuarial No exercício de 2021 verificou-se que as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS não foram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, sendo necessário a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, demonstrando assim a existência de déficit financeiro. Fato este comunicado ao presidente do RPPS durante o exercício de 2021, através dos ofícios 14, 18, 19, 20, 24, 27, 30, 38, 45 e 46/2021 e ao Chefe do Poder Executivo, através do memorando nº 82/2021 – processo 4298/2021.	A Lei nº 954/2021 “Dispõe sobre o parcelamento de débitos referentes a Aportes Financeiros devidos e não repassados ao RPPS”.	
1.3.6	Conforme informações prestadas através dos processos 0704/2022 e 0744/2022, no exercício de 2021, as medidas adotadas com vistas à cobrança da dívida ativa foram enviar comunicações da dívida no carnê de IPTU, assim como envio das CDA's ao cartório e envio a Procuradoria Municipal para as medidas cabíveis (cobrança via Fórum). Para maior agilidade ao processo foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o município e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB/Secção Espírito Santo, com o objetivo de protesto de certidão de Dívida Ativa, relativa à crédito de natureza tributária ou não tributária, emitida pelo município, a ser realizado pelos tabeliães de protesto de títulos.	-	Regular
1.4.1	De acordo com verificação realizada no RREO 6º Bimestre, a aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, no exercício de 2021, atingiu 27,63%, estando em conformidade com o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	-	Regular
1.4.2	De acordo com verificação realizada no RREO 6º Bimestre, a aplicação dos recursos do FUNDEB, no pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício foi de 71,90%.	-	Regular
1.4.4	O percentual dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2021, foi de 16,29%, de acordo com o apurado no RREO 6º Bimestre.	-	Regular
1.4.7	O índice de despesa com pessoal foi no percentual de 42,99%(Consolidado), observando o estabelecido nos artigos 19 e 20 da LRF.	-	Regular
1.4.10	As despesas totais com pessoal não ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF.	-	Regular
1.4.11			
1.4.14	Os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88, de acordo com verificado no cadastro de movimentação financeira do sistema contábil.	-	Regular
1.4.15	A dívida consolidada do Município não extrapolou o limite determinado na LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº40/2001 do Senado Federal no decorrer da execução orçamentária do exercício de 2021.	-	Regular
1.4.16	Não houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício de 2021.	-	Regular
2.1.2	De acordo com o Art.23 da Lei nº904/2020 LDO, a LDO aprovada para o exercício contém dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	-	Regular
2.1.4	De acordo com o Art.28 da Lei nº904/2020, a LDO aprovada para o exercício contém dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	-	Regular
2.1.5	De acordo com verificação no site oficial da PMDRP, a LDO aprovada para o exercício contém o Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.1.6	De acordo com verificação no site oficial da PMDRP, os demonstrativos que integram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício, foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF 11ª edição, editado pela STN.	-	Regular
2.1.7	De acordo com verificação no site oficial da PMDRP, a LDO aprovada para o exercício conteve os Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	-	Regular
2.1.8	De acordo com verificação no site oficial da PMDRP, o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, que integrou a LDO aprovada para o exercício de 2021, foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição, editado pela STN.	-	Regular
2.1.9	Foi verificado através de informação prestada no processo nº 0703/2022 que o Poder Executivo não colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. Entretanto informa que os referidos demonstrativos estão publicados no site do município e o memorial de cálculo da receita para o exercício subsequente demonstrado na LDO também se encontra publicado no site oficial. Reforçando não haver falta de transparência por parte do Executivo.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento da exigência e propondo que sejam tomadas as devidas providências para a regularização da referida inconsistência.	A Regularizar
2.1.13	A LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO (art. 19, §1º e §2º da Lei nº 904/2020 e LOA - Lei nº 926/2020).	-	Regular
2.1.14	Houve inclusão na LDO, no valor de R\$285.000,00, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado. Na LOA o valor foi de R\$ 250.100,00. Conforme verificado com a Procuradora Municipal, no exercício de 2021 não houve precatórios executados, não havendo assim empenho, liquidação e ordem de pagamento.	-	Regular
2.1.16	Foi verificado através de informação prestada no processo nº 0703/2022, que após a publicação da LOA não foi publicado Decreto estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Sendo que a referida rotina foi feita pelo Sistema Contábil.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento do disposto na LC 101/2000, art. 8º, propondo que sejam tomadas as devidas providências para a regularização da referida inconsistência.	A Regularizar
2.1.17	De acordo com informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, através do processo nº 0705/2022, foi implantado módulo de participação virtual para elaboração da LOA e do PPA, através de acesso direto ao site oficial do município.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento do disposto na LC 101/2000, art. 48, parágrafo único e orientado sobre a obrigatoriedade do incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração das leis orçamentárias.	A Regularizar
2.2.2	Quanto a efetividade de arrecadação dos tributos de competência do ente: A fiscalização não é realizada em virtude da estrutura administrativa não possuir cargo de Fiscal de Tributos – ensino superior. De acordo com informações prestadas no processo 1382/2018, “pág. 220”, o município está aguardando a reestruturação do plano de Cargos e Carreira. Conforme informado no processo nº 0704/2022, no exercício de 2021	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre a necessidade da criação do cargo de “Fiscal de Tributos” – Ensino Superior, a fim de implementar ações para o aumento da arrecadação municipal.	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	as medidas adotadas com vistas à cobrança da dívida ativa foram enviar comunicações da dívida no carnê de IPTU, assim como envio das CDA's ao cartório e envio a Procuradoria Municipal para as medidas cabíveis (cobrança via Fórum). Para maior agilidade ao processo foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o município e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB/Secção Espírito Santo, com o objetivo de protesto de certidão de Dívida Ativa, relativa à crédito de natureza tributária ou não tributária, emitida pelo município, a ser realizado pelos tabeliães de protesto de títulos.		
2.2.3	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município não concedeu ou ampliou incentivo ou benefício de natureza tributária através da qual decorresse renúncia de receita.	-	Regular
2.2.4	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município não concedeu ou ampliou incentivo ou benefício de natureza tributária através da qual decorresse renúncia de receita.	-	Regular
2.2.5	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município não concedeu ou ampliou incentivo ou benefício de natureza tributária através da qual decorresse renúncia de receita.	-	Regular
2.2.6	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município não concedeu ou ampliou incentivo ou benefício de natureza tributária através da qual decorresse renúncia de receita.	-	Regular
2.2.13	De acordo com verificação na Listagem de Créditos Adicionais, contatou-se que não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	-	Regular
2.2.14	De acordo com verificação na Listagem de Créditos Adicionais, contatou-se que os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	-	Regular
2.2.19	De acordo com verificação na Listagem de Créditos Adicionais, não houve abertura de crédito extraordinário.	-	Regular
2.2.21	É dada ampla divulgação, através do site da PMDRP – Portal da Transparência os seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Anual, RREO e RGF.	-	Regular
2.2.22	Após verificação ocorrida durante o exercício de 2021, conclui-se que existe a divulgação em meios eletrônicos de acesso público (Portal da Transparência), entretanto, algumas publicações ocorreram em data superior a determinada em lei, fato este comunicado a Secretaria de Administração e Finanças.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento da referida exigência, propondo a devida regularização.	A Regularizar
2.2.22 A	De acordo com verificação realizada por esta UCCI, as publicações em relação a COVID-19 (decretos estabelecendo medidas para enfrentamento da pandemia COVID-19, despesas, contratações, receitas) estão sendo publicadas no site institucional do município, assim como no portal da transparência.	-	Regular
2.2.23	De acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022, as contas do Chefe do Poder Executivo não ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, todavia as mesmas estavam publicadas no Portal da Transparência do site institucional do Município, assim como é disponibilizado a qualquer interessado da informação, nas dependências do órgão técnico responsável por sua elaboração.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento do disposto no art. 49, da LC 101/2000. Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	A Regularizar
2.2.27	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município, no exercício de 2021, não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	-	Regular
2.3.3	Os demonstrativos contábeis listados abaixo consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação.	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

Balço Orçamentário		
Unidade Gestora	Receita Orçada	Despesa Realizada
Fundo M de Saúde	2.723.658,45	7.643.218,02
Prefeitura	31.941.477,62	24.035.727,31
PREVIDRP	3.623.790,97	2.564.005,29
Câmara	0,00	990.971,96
Valor Total	38.288.927,04	35.233.922,58
Superavit		3.055.004,46
Valor Consolidado	38.288.927,04	38.288.927,04

Balço Patrimonial		
Unidade Gestora	Total Ativo (R\$)	Total Passivo(R\$)
Fundo M de Saúde	6.135.805,00	6.135.805,00
Prefeitura	38.806.535,90	38.806.535,90
PREVIDRP	20.099.081,66	20.099.081,66
Câmara	256.780,14	256.780,14
Valor Total	65.298.202,70	65.298.202,70
Valor Consolidado	65.298.202,70	65.298.202,70

Balço Financeiro		
Unidade Gestora	Total Ativo (R\$)	Total Passivo(R\$)
Fundo M de Saúde	10.900.356,74	10.900.356,74
Prefeitura	41.978.976,24	41.978.976,24
PREVIDRP	23.751.573,55	23.751.573,55
Câmara	1.266.790,70	1.266.790,70
Valor Total	77.897.697,23	77.897.697,23
Valor Consolidado	77.897.697,23	77.897.697,23

Variações Patrimoniais - DEMVAP			
UG	VPA	VPD	Res Patrimônio Líquido
FMS	7.885.441,05	6.753.686,70	1.131.754,35
PMDRP	31.967.390,17	28.924.968,98	3.042.421,19
PREVIDRP	5.438.531,44	7.200.270,61	1.761.739,17
Câmara	1.131.888,06	1.160.899,24	29.011,18
Valor Total	46.423.250,72	44.039.825,53	2.383.425,19
Valor Total Consolidado	46.423.250,72	44.039.825,53	2.383.425,19

Demonstrativo da Dívida Fundada		
Unidade Gestora	Saldo Anterior	Saldo Atual
Fundo M de Saúde	0,00	0,00
Prefeitura	0,00	0,00
PREVIDRP	22.125.076,35	24.034.898,28
Câmara	0,00	0,00
Valor Total	22.125.076,35	24.034.898,28
Valor Consolidado	22.125.076,35	24.034.898,28

Demonstrativo da Dívida Flutuante (Saldo Anterior)		
Unidade Gestora	RP Processados	RP Não Processados
Fundo M de Saúde	29.426,59	466.062,92
Prefeitura	106.450,52	671.684,00
PREVIDRP	0,00	8.800,00
Câmara	0,00	29.416,28 ou 25.000,00
Valor Total	135.877,11	1.175.963,20



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	Valor Consolidado	135.877,11	1.175.963,20		
	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Saldo Atual)				
	Unidade Gestora	Consignação	Depósitos		
	Fundo M de Saúde	-	511.911,91		
	Prefeitura	75.696,51	859.743,01		
	PREVIDRP	-	4.500,00		
	Câmara	11.119,33	27.950,18		
	Valor Total	86.815,84	1.404.105,10		
	Valor Consolidado	86.815,84	1.404.105,10		
	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Unidade Gestora	Saldo Final	Ex. Atual		
	Fundo M de Saúde	6.083.2388,58			
	Prefeitura	37.119.749,41			
	PREVIDRP	3.955.621,79			
	Câmara	203.447,65			
	Valor Total	39.450.863,85			
	Valor Consolidado	39.450.863,85			
2.4.2	Conforme verificado com a Procuradora Municipal, no exercício de 2021 não houve precatórios executados, não havendo assim obrigação de execução orçamentária do mesmo.			-	Regular
2.4.4	A Dívida Consolidada Líquida do Município não ultrapassou o limite determinado.			-	Regular
2.4.6	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.7	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.8	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.9	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.10	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.11	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.12	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.13	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.14	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.15	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.16	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.17	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.4.18	O município não contratou operação de crédito no exercício.			-	Regular
2.5.3	As alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária. Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)			-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.5.8	<p>O Ente federativo, através da Divisão de Recursos Humanos, mantém registro individualizado dos segurados, porém não atende todas as exigências regulamentadas na Portaria MPS 402/2008, art.18 e a Lei 9717/1998, art. 1º.</p>	<p>Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento do disposto na legislação descrita abaixo, solicitando a Divisão de Recursos Humanos que verifique junto a empresa locadora do software as mudanças necessárias para atendimento aos órgãos reguladores.</p> <p>Lei 9717/1998</p> <p>Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios: VII - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;</p> <p>Portaria MPS 402/2008</p> <p>Art. 18. O ente federativo manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, que conterá as seguintes informações: I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes; II - matrícula e outros dados funcionais; III - remuneração de contribuição, mês a mês; IV - valores mensais da contribuição do segurado; V - valores mensais da contribuição do ente federativo. Parágrafo único. Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.</p>	A Regularizar
2.5.9	<p>De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0727/2022, não é possível disponibilizar ao segurado todas as informações determinadas na Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18, em virtude do déficit do software contábil e de pessoal utilizado.</p>	<p>Comunicação ao Diretor Presidente, informando que o RPPS deve solicitar ao ente que requeira da empresa locadora do software contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18.</p>	A Regularizar
2.5.26	<p>De acordo com informação prestada pela Chefe da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022, foi realizado no exercício de 2020 o Censo Atuarial dos servidores ativos, pensionistas e aposentados, sendo que todas as informações referentes aos servidores foram atualizadas no sistema e na pasta funcional.</p> <p>De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo 0707/2022, no exercício de 2021 não foi realizado censo atuarial formal, entretanto todas as informações dos aposentados e pensionistas tem sido processada e atualizada regularmente.</p>	-	Regular
2.5.27	<p>De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022, a definição das hipóteses atuariais é eleita pelo atuário contratado, através da documentação enviada pelo RPPS e pelo Ente Municipal. O RPPS analisa e toma ciência das mesmas ao final do estudo.</p>	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.5.28	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022, comunicando que as hipóteses foram apresentadas pelo atuário, o RPPS enviou ao Ente Municipal, através do processo nº1335/2022, para apuração, ciência e decisão conjunta.	-	Regular
--------	---	---	---------

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.

3. ACOMPANHAMENTO DAS AUDITORIAS REALIZADAS – EXERCÍCIOS ANTERIORES

3.1 ACOMPANHAMENTO AUDITORIA 2019

Auditoria Operacional Nº 02/2019 Verificação das práticas de registro, guarda, conservação, localização, depreciação e baixas no sistema patrimonial da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal e Instituto de Previdência PREVIDRP. Período de Realização: 07/10/2019 a 05/12/2019 BENS MÓVEIS E IMÓVEIS – UNIDADE GESTORA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Achados/Inconsistências	Proposições/Recomendações	Situação
Alguns locais possuem Termos de Guarda e Responsabilidade separados por sala/função mesmo existindo locais ativos centralizados. Ex.: Local - Secretaria de Saúde x local – Sala do Secretário Municipal de Saúde.	1. Definir com o secretário da pasta se os locais físicos serão um só Termo ou se serão divididos por sala/função. Após escolha do Secretário, os locais que não forem ser utilizados deverão ser inativados no Sistema Patrimonial.	Regularizada
Servidor responsável não consta no relatório de servidores ativos do mês de agosto/2019.	2. Conferir junto a Divisão de Recursos Humanos se os servidores responsáveis no Sistema Patrimonial estão ativos no município.	Regularizada
	3. Comunicar ao Encarregado de Almoxarifado e Patrimônio a saída e/ou transferência de cargo/função dos servidores responsáveis por Bens Móveis e Imóveis.	Regularizada
	4. Solicitar conferência do Termo de Guarda e Responsabilidade, sempre que houver substituição de responsável. 5. Indicar novo responsável de Local e informar a Área de Almoxarifado e Patrimônio para que seja realizada a substituição de responsável e que seja gerado novo Termo de Guarda e Responsabilidade.	Regularizada
Número de locais ativos na Relação de Locais por Responsável é superior ao número de Termos de Guarda e Responsabilidade existentes.	6. Verificar no início de cada exercício se todos os locais existentes possuem Termo de Guarda e Responsabilidade. 7. Verificar se todos os <u>locais</u> ativos no Sistema possuem Bens cadastrados, no caso de não existir, os mesmos deverão ser inativados no Sistema Patrimonial.	Regularizada
Ausência de assinatura nos Termos de Guarda e Responsabilidade existentes.	8. Gerar, conferir e colher as assinaturas nos Termos de Guarda e Responsabilidade no início de cada exercício.	Regularizada
Divergências entre os responsáveis constantes nos Termos de Responsabilidades com os responsáveis constantes na Relação de Locais por Responsável.	9. Realizar troca de responsável no Cadastro Geral de Locais sempre que ocorrerem movimentações de transferências de responsável.	Regularizada
Divergências entre a descrição na Capa dos Termos de Guarda e Responsabilidade com a descrição dos locais constantes nos Termos de Guarda e Responsabilidade .	10. Verificar a nomenclatura correta dos locais a serem preenchidos no momento do cadastro de cada Termo de Guarda e Responsabilidade.	Regularizada
Ausência de responsável no cadastro Geral de Locais.	11. Verificar e preencher corretamente o Cadastro Geral de todos os locais existentes, informando o responsável de cada local.	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

Ausência de responsáveis pela Guarda e Responsabilidade de Bens Móveis.	12. Emitir o Termo de Guarda e Responsabilidade para todos os Locais Físicos existentes até o final do mês de janeiro do exercício corrente. 13. Conferir no início de cada exercício a existência de Termo de Guarda e Responsabilidade para todos os locais físicos existentes e sua veracidade.	Regularizada
Existem locais ativos na relação de Locais por Responsável que não possuem Bens cadastrados.	14. Inativar os locais que não possuem Bens cadastrados.	Regularizada
Erros de digitação na descrição dos Bens cadastrados.	15. Verificar a escrita dos Bens após realização de seu cadastro.	Regularizada
Existência de Material de Uso Durável no Sistema de Patrimônio.	16. Estabelecer critérios para diferenciar Bens Móveis de Materiais de Uso Durável.	Regularizada
Ausência de registros de Depreciação de Bens Móveis e Imóveis, realizados mensalmente pela Divisão de Contabilidade.	17. Realizar mensalmente o registro das Depreciações conforme valores estabelecidos pelo sistema Patrimonial.	Regularizada
Divergência na classificação contábil realizada entre os Sistemas Contábil e Patrimonial.	18. Estabelecer rotinas que permitam a classificação dos Bens pela Área de Almoxarifado e Patrimônio antes que o processo chegue a Divisão de Contabilidade para realização da Reserva Orçamentária. 19. Realizar conferências mensais entre as informações patrimoniais de ambos os Sistemas.	Regularizando
	20. Consultar a Área de Almoxarifado e Patrimônio sempre que existirem dúvidas sobre a classificação de Bens.	Regularizada
As Baixas de Bens Móveis realizadas no sistema de Patrimônio não foram consideradas pela Divisão de Contabilidade na mesma competência.	21. Informar a Divisão de Contabilidade sobre Baixas de Bens realizadas no sistema Patrimonial.	Regularizada
Divergências entre as informações de Depreciação constantes no Inventário de Bens Móveis e Imóveis com as informações de Depreciação constantes no Resumo do Inventário de Bens Móveis e Imóveis.	22. Confrontar os diversos relatórios gerados pelo Sistema Patrimonial, e corrigir possíveis erros de sistema.	Regularizada
Divergências entre o saldo atual depreciado presente no relatório "Inventário de Bens Móveis e Imóveis" e o saldo atual depreciado do "Balanço Patrimonial".	23. Realizar ajustes nos sistemas com base em relatórios emitidos da mesma competência em que os ajustes serão realizados.	Regularizada
Realização de ajustes contábeis inconsistentes	24. Realizar ajustes nos sistemas com base em relatórios emitidos na mesma competência em que os ajustes serão realizados.	Regularizada
Duplicidade na geração da Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis na competência de janeiro de 2019.	25. Realizar conferências mensais nas "movimentações" realizadas no Sistema Patrimonial.	Regularizada
Divergência entre o Inventário de Bens Móveis e o Resumo do Inventário de Bens Móveis.	26. Confrontar mensalmente as informações dispostas em ambos os relatórios.	Regularizada
Estagiário executando tarefas de responsabilidade dos servidores sem o devido acompanhamento.	27. O estagiário deverá realizar as tarefas próprias de estágio, sempre supervisionado por servidor do quadro de funcionários da Prefeitura.	Regularizada
Ausência de informações ao servidor quanto às responsabilidades sobre a Guarda de Bens Móveis e Imóveis.	28. Devida comunicação ao servidor indicado como responsável pelo Termo de Guarda e Responsabilidade, informando as responsabilidades para com os Bens contidos nos termos. (Área de Almoxarifado e Patrimônio interagindo com o setor responsável).	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

Ausência de conferência dos Termos de Guarda e Responsabilidade, junto com o futuro responsável, no momento de entrega dos Termos.	29. Realizar conferências dos Termos de Guarda e Responsabilidade, junto com os futuros responsáveis, no momento de entrega dos Termos.	Regularizada
Ausência de placas de tombamento nos Bens Móveis.	30. Realizar o recebimento dos Bens Móveis no Almoxarifado central. 31. Realizar a entrega dos Bens Móveis aos setores somente após tombamento dos Bens. 32. Informar aos Responsáveis de cada setor sobre a possibilidade de gerar nova placa de tombamento, para Bens que estejam com a placa danificada ou sem placa de Tombamento.	Regularizada
Bens encontrados nos locais físicos não constam no Termo de Guarda e Responsabilidade daquele local.	33. Realizar conferências periódicas dos Termos de Guarda e Responsabilidade. 34. Propor aos responsáveis dos locais, em que os servidores da Área de Almoxarifado e Patrimônio tenham realizado a conferência dos Bens Móveis, que seja realizada a transferência ou devolução dos Bens que estejam em desacordo com o Termo de Guarda e Responsabilidade.	Regularizada
Bens cadastrados nos Termos de Guarda e Responsabilidade que não estão no local físico.	35. Solicitar a Área de Almoxarifado e Patrimônio que seja realizada transferências de Bens, sempre que sair ou entrar Bens do local de sua responsabilidade.	
Ausência de Bens Móveis nos locais físicos em comparação ao Termo de Guarda e Responsabilidade, (Inconsistência no Inventário de Bens Móveis).	36. Comunicar à Comissão coordenadora do Inventário de Bens Móveis, Imóveis e em Almoxarifado do Município de Dorcas do Rio Preto, sobre a ausência de Bens Móveis nos locais físicos em comparação com os Termos de Guarda e Responsabilidade. 37. Solicitar que a Comissão coordenadora do Inventário de Bens Móveis, Imóveis e em Almoxarifado do Município de Dorcas do Rio Preto, observe as inconsistências relatadas no momento da realização do Inventário de Bens Móveis.	Regularizada
Termos de Guarda e Responsabilidade emitidos até nove meses após o início do exercício.	38. A Área de Almoxarifado e Patrimônio deverá emitir os Termos de Guarda e Responsabilidade na competência de janeiro de cada exercício, garantindo assim, que os bens possuam responsáveis por maior período possível.	Regularizada
BENS IMÓVEIS – UNIDADE GESTORA - PREFEITURA		
Achados/Inconsistências	Proposições/Recomendações	Situação
Divergência entre as informações constantes no Inventário de Bens Imóveis e o Resumo do Inventário de Bens Imóveis.	39. Confrontar mensalmente as informações dispostas em ambos os relatórios. 40. Informar a Empresa responsável pelo Sistema Patrimonial, sempre que existirem problemas na configuração de relatórios.	Regularizada
Divergência entre o “Saldo Inicial Depreciado” constante no Inventário de Bens Imóveis como o “Saldo Inicial Depreciado” constante no Balanço Patrimonial.	41. Realizar conferências entre os relatórios contábeis e patrimoniais.	Regularizada
Inconsistência no relatório “Resumo do Inventário de Bens Imóveis” em comparação com as informações constantes no Inventário de Bens Imóveis.	42. Realizar conferências mensais entre os relatórios.	Regularizada
Movimentações de entrada de Bens Imóveis na Contabilidade no valor de R\$ 1.381.881,49 que não foram incorporados pelo Patrimônio, (inconsistência no Inventário de Bens Imóveis).	Em relação ao montante já existente:	
	43. Solicitar a Divisão de Contabilidade relatórios de Liquidações por Elemento de Despesa (44905100000 – Obras E Instalações e 44906100000 – Aquisição de Imóveis) referente ao exercício de 2019. 44. Realizar os lançamentos de entrada de Bens Imóveis no Sistema Patrimonial com base no relatório de Liquidações realizadas.	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	45. Comunicação do Secretário de Administração e Finanças a Comissão coordenadora do Inventário de Bens Móveis, Imóveis e em Almoxarifado do Município de Dorcas do Rio Preto, para a devida verificação dos Bens que compõem o Inventário de Bens Imóveis.	Regularizada
	Em relação aos procedimentos a serem adotados após a regularização dos saldos anteriores:	
	46. Enviar as notas fiscais de obras e instalações para a Área de Almoxarifado e Patrimônio, assim como os documentos referentes à Aquisição de Imóveis.	<u>A Regularizar</u>
	47. Realizar os lançamentos de entrada de Bens Imóveis no Sistema Patrimonial com base nos documentos enviados pelas secretarias. 48. Realizar mensalmente conferências entre os lançamentos de entradas de Bens Imóveis nos Sistemas: Contábil e Patrimonial, através do Resumo do Inventário de Bens Imóveis – Tabela 12. 49. Informar ao Responsável da Unidade Gestora sempre que forem identificados lançamentos de entradas e saídas de Bens Imóveis na contabilidade sem que as notas fiscais tenham sido enviadas ao Patrimônio.	Regularizando
	50. Realizar conferências entre as informações geradas pelo Sistema Contábil com as informações registradas no Sistema Patrimonial, antes de registrar a Depreciação de cada Competência.	Regularizada
Divergências de valores de Depreciações entre as informações contidas no Inventário de Bens Imóveis e no Resumo de Inventário de Bens Imóveis.	51. Realizar conferências entre os relatórios Patrimoniais. 52. Regularizar as divergências detectadas.	Regularizada
Ausência de registros de Depreciações realizadas mensalmente pela Divisão de Contabilidade.	53. Realizar o registro das Depreciações mensalmente com base nas informações geradas pelo Sistema de Patrimônio. 54. Comparar o montante dos Bens Imóveis registrados no Sistema Contábil com o montante dos Bens Imóveis registrados no Sistema de Patrimônio, havendo divergências entre os valores, os mesmos deverão ser regularizados antes do registro da Depreciação.	Regularizada
	55. Solicitar a Área de Almoxarifado e Patrimônio que seja regularizado os valores referentes aos Bens Imóveis e que seja recalculado o valor das Depreciações sempre que os saldos contábeis forem superiores aos saldos Patrimoniais.	Regularizada
Registro equivocado do valor de Depreciação por ajuste periódico no Sistema Contábil.	56. Realizar ajustes a fim de regularizar as diferenças detectadas. 57. Realizar os registros das Depreciações Mensalmente. 58. Realizar conferências dos lançamentos realizados pelo setor.	Regularizada
Ausência de rotinas de conferências entre a Área de Almoxarifado e Patrimônio e a Divisão de Contabilidade.	59. Estabelecer rotinas de Conferências entre as informações geradas em ambos os Sistemas.	Regularizada

Em relação aos itens cuja situação encontra-se A Regularizar e Regularizando:

Item 08 – Regularizando = Em verificação por amostragem observou-se que a Secretaria de Agricultura e o Gabinete do Prefeito não devolveram o Termo devidamente assinado a Área de Almoxarifado e Patrimônio;

Item 46 e 47 – A Regularizar/Regularizando= Constatou-se que não existe rotina para que as notas fiscais de obras passem pelo Patrimônio, entende-se que a regularização deste item se dará após revisão e adequação da Instrução Normativa referente ao sistema patrimonial.

Quanto aos achados:

Ausência de placas de tombamento nos Bens Móveis; Bens encontrados nos locais físicos não constam no Termo de Guarda e Responsabilidade daquele local e Bens cadastrados nos Termos de Guarda e Responsabilidade que não estão no local físico, foram realizadas verificação por amostragem no exercício de 2021 e os Achados tiveram sua situação alterada para “Regular”, todavia será realizado monitoramento no exercício de 2022.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

BENS MÓVEIS E IMÓVEIS UNIDADE GESTORA PREVIDRP		
Achados/Inconsistências	Proposições/Recomendações	Situação
Não foram gerados os Termos de Guarda e Responsabilidade para o exercício de 2019.	60. Gerar no início de cada exercício os Termos de Guarda e Responsabilidade, a fim de salvaguardar os Bens Patrimoniais. 61. Verificar no início de cada exercício se todos os locais existentes possuem Termo de Guarda e Responsabilidade.	Regularizada
Os Termos de Guarda e Responsabilidade mais recentes do Instituto de Previdência foram gerados no exercício de 2018.	62. Gerar os Termos de Guarda e Responsabilidade anualmente.	Regularizada
	63. Solicitar conferência do Termo de Guarda e Responsabilidade, sempre que houver substituição de responsável.	Regularizada
A quantidade de Bens, dispostos nos Termos de Guarda e Responsabilidade não condizem com as quantidades de Bens encontrados nos Locais Físicos.	64. Definir com o Diretor Presidente do Instituto de Previdência em quantos Locais serão divididos os Termos de Guarda e Responsabilidade.	Regularizada
Ausência de Responsáveis nos Termos de Guarda e Responsabilidade.	65. Definir o(s) responsável(is) pelos Locais Físicos no Sistema Patrimonial.	Regularizada
Ausência de assinatura nos Termos de Guarda e Responsabilidade existentes.	66. Gerar, conferir e colher as assinaturas nos Termos de Guarda e Responsabilidade no início de cada exercício.	Regularizada
Ausência de responsável no cadastro Geral de Locais.	67. Verificar e preencher corretamente o Cadastro Geral de todos os locais existentes, informando o responsável de cada local.	Regularizada
Divergência na classificação dos Bens Patrimoniais.	68. Estabelecer critérios para definir e padronizar a classificação Bens Móveis.	Regularizada
Existência de Material de Uso Duradouro no Sistema de Patrimônio.	69. Estabelecer critérios para diferenciar Bens Móveis de Materiais de Uso Duradouro.	Regularizada
Ausência de placas de tombamento nos Bens Móveis.	70. Realizar o Tombamento dos Bens Móveis afixando as Placas de identificação no momento em que for realizada a incorporação do Bem no Sistema Patrimonial.	Regularizada
Existência de Bens que possuem placa de tombamento com numeração diferente da constante no Termo de Guarda e Responsabilidade	71. Afixar junto aos Bens Móveis as placas de tombamento com numeração idêntica à que consta no Sistema Patrimonial.	<u>A Regularizar</u>
Bens encontrados nos locais físicos não constam no Termo de Guarda e Responsabilidade daquele local	72. Realizar conferências periódicas dos Termos de Guarda e Responsabilidade. 73. Realizar transferências Patrimoniais sempre que os bens trocarem de local físico dentro do Instituto de Previdência. (Caso a opção seja continuar com Termos de Guarda e Responsabilidade separados por sala). 74. Realizar Baixas Patrimoniais sempre que houver doações de Bens Patrimoniais que sejam inservíveis para o Instituto de Previdência ou baixas de Bens sucateados que haja processo para o devido descarte. 75. Observar se existem Bens adquiridos em anos anteriores que não foram incorporados ao Patrimônio. 76. Realizar a incorporação dos Bens que não estiverem cadastrados no Sistema de Patrimônio, justificando o motivo da Incorporação.	<u>Regularizando</u>
Bens cadastrados nos Termos de Guarda e Responsabilidade que não estão no Local Físico.	77. Localizar os Bens não encontrados; 78. No caso de não encontrar os bens: 79. Abrir processo administrativo, estabelecendo ao(s) responsável (is), prazo para identificação do Bem não encontrado.	<u>A Regularizar</u>



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

Ausência de Bens Móveis nos locais físicos em comparação ao Termo de Guarda e Responsabilidade, (Inconsistência no Inventário de Bens Móveis).	80. Comunicar à Comissão coordenadora do Inventário de Bens Móveis, Imóveis e em Almoxarifado do Município de Dorcas do Rio Preto, observe as inconsistências relatadas no momento da realização do Inventário de Bens Móveis. 81. Comunicar à Comissão coordenadora do Inventário de Bens Móveis, Imóveis e em Almoxarifado do Município de Dorcas do Rio Preto, sobre a ausência de Bens Móveis nos locais físicos em comparação com os Termos de Guarda e Responsabilidade.	<u>A Regularizar</u>
Ausência de Depreciação em alguns Bens Móveis dispostos no Inventário de Bens Móveis.	82. Conferir mensalmente no relatório de Inventário se todos os Bens Patrimoniais estão sofrendo Depreciação.	Regularizada
Percentual de Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis acima do estabelecido pela Avaliação Patrimonial realizada em 2014.	83. Observar a vida útil e o percentual do valor Residual de cada classe contábil junto ao relatório de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis realizada em 2014.	<u>A Regularizar</u>
Vida útil dos Bens cadastrados no Sistema Patrimonial divergente do Plano de Contas estabelecido na Avaliação Patrimonial realizada no exercício de 2014.	84. Observar o Plano de Contas constante nos relatórios de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis realizado no exercício de 2014, para estabelecer a Vida Útil dos Bens Patrimoniais.	
Ausência de tombamentos de Bens Imóveis que separam o Terreno da Edificação do Instituto de Previdência.	85. Estabelecer os valores do Terreno e da Edificação separados; 86. Baixar o Bem Imóvel do Instituto, justificando que o mesmo será incorporado como Terreno e Edificação separadamente; 87. Realizar as Incorporações dos Bens Imóveis observando a classe Contábil de cada um; 88. Observar a vida útil, assim como o valor residual de cada classe contábil no momento de realizar as Incorporações dos Bens Imóveis.	<u>A Regularizar</u>

3.2 ACOMPANHAMENTO AUDITORIA 2018

Auditoria Operacional Nº 01/2018 Processo nº 0551/2018 Cadastro de Pessoal, Adicional de Insalubridade, Periculosidade e Adicional Noturno e Gratificação por Formação Acadêmica Período de Realização: 15/01/2018 a 09/07/2018		
Relatório 001 Processo nº 1382/2018 Cadastro de Pessoal		
Achados	Proposições/Alertas	Situação
Os Cargos de Advogado previstos na LC 034/2016 foram transformados em Procuradores Municipais pela LC 40/2017. Relatório da Divisão de Recursos Humanos consta nomenclatura antigo cargo.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente.	Regularizada
O Cargo criado pela Lei 823/2017 é Assistente Jurídico Municipal Gratuito, Relatório da Divisão de Recursos Humanos consta como Advogado.		
O cargo de Agente Comunitário de Saúde possui número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação do quantitativo de servidores a legislação vigente.	<u>A Regularizar</u>
O cargo de Agente de Saúde possui número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação do quantitativo de servidores a legislação vigente.	Regularizada
O cargo de Auxiliar Administrativo antigo cargo de Oficial Administrativo não foi alterado a nomenclatura do cargo para os servidores efetivos. Número de servidores superior ao número de vagas	Adequação da nomenclatura a legislação vigente. Adequação do quantitativo de servidores a legislação vigente.	Regularizada
Para o cargo de Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação, número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação do quantitativo de servidores a legislação vigente.	Regularizada
O Cargo de Agente de Serviços Educacionais, antigo Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Biblioteca, o relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta a nomenclatura antiga do cargo.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente.	Regularizada
Conselheiro Tutelar é eleito através de votação e não se trata de cargo público constante na estrutura municipal. A Lei Municipal nº 773/2013 não determina que o pagamento do	Adequação da forma do pagamento dos subsídios a legislação vigente, bem como, revisão da Lei municipal nº 773/2013.	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

subsídio aos conselheiros seja incluído em folha de pagamento. Vincula o subsídio ao valor do salário mínimo e ao mesmo tempo diz que sofrerá os mesmos reajustes dos servidores públicos (Art. 31 e Art. 31 § 3º. Art. 38 estabelece que para efeitos de contribuição previdenciária o Conselheiro Tutelar estará submetido ao Regime Geral de Previdência, porém não autoriza o município fazer essa retenção e repassar ao INSS.		
Os Conselheiros possuem contracheque como todos os demais servidores.	Adequar o contra cheque com vínculo, cargo e regime determinado na Lei 915/2020	Regularizada
Zelador de Cemitério, antigo cargo de Coveiro, relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta a nomenclatura antiga do cargo.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente.	Regularizada
Não foi encontrado na Estrutura Administrativa do Poder Executivo o cargo de Coordenador Escolar, entretanto o mesmo consta como cargo Poder Executivo' o cargo de Coordenador Escolar, entretanto o mesmo consta como cargo comissionado na LC nº 35/2016, art.108 do Estatuto do Magistério. Existe também a divergência deste cargo estar como comissionado e poder ser ocupado somente por servidor efetivo, no caso professor. Cargo comissionado = pode ser ocupado por qualquer pessoa. Função de Confiança ou Função Gratificada = somente servidor efetivo.	Adequação do Plano de Carreira do Magistério e do Estatuto do Magistério.	Regularizada
Não foi encontrada na Estrutura Administrativa do Poder Executivo o cargo de Diretor Escolar, ele consta como cargo comissionado na LC nº 35/2016, art.108 do Estatuto do Magistério. Existe também a divergência deste cargo estar como comissionado e poder ser ocupado somente por servidor efetivo, no caso professor. Cargo comissionado = pode ser ocupado por qualquer pessoa. Função de Confiança ou Função Gratificada = somente servidor efetivo.	Adequação do Plano de Carreira e do Estatuto, do Magistério.	Regularizada
Para cargo de Farmacêutico o número de servidores superior ao número de vagas	Adequação do quantitativo de servidores a legislação vigente.	Regularizada
Cargos de Agente de Arrecadação e Fiscal de Obras e Posturas Antigo Fiscal de Obras, Tributos e Posturas, relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta a nomenclatura antiga do cargo.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente, ou seja: Fiscal de Obras e Posturas e Agente de Arrecadação Após Auditoria da Receita realizada pelo TCEES, foi orientado que não seja provido o cargo de Agente de Arrecadação	Regularizada
Cargo de Regente Musical, no relatório emitido Pela Divisão de Recursos Humanos o cargo consta como Maestro, não existe na Estrutura Administrativa o cargo de Maestro.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente.	Regularizada
O Cargo de Motorista Profissional, antigo Motorista, em relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta a nomenclatura antiga do cargo.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente.	Regularizada
O cargo de Cirurgião Dentista no relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta o nome de Odontólogo PSB/PSF, não existe este cargo na legislação analisada.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente.	Regularizada
Cargo de Auxiliar Administrativo antigo Oficial Administrativo, relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos somente consta os servidores contratados neste cargo, os servidores efetivos estão cadastrados como Oficial Administrativo. Número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente. Adequação do quantitativo de servidores a legislação vigente.	Regularizada
Cargo de Operador de Máquinas, número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação do quantitativo de servidores a legislação vigente.	Regularizada
Professor MAPA, no relatório emitido pelo RH consta o cargo de Professor Pós-Graduação, entretanto, não existe este cargo na Legislação analisada.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente. Adequação do quantitativo de servidores a legislação	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

Pós-Graduação seria o critério para mudança de nível e não o cargo. De acordo com informações da Secretária de Educação, sobre os contratos para o ano letivo de 2018, verificou-se que o número de servidores contratados ficará acima do número de vagas (contratos estes que não estão nos relatórios emitidos pelo RH).	vigente.	
Professor Pedagogo MAPP, no relatório do RH consta o cargo como Supervisor Pós-Graduado, não existe esse cargo na Legislação analisada. Relatório do RH consta uma servidora cadastrada como Orientador Pós-Graduação, não existe esse cargo, na legislação analisada. De acordo com informações da Secretária de Educação, sobre os contratos para o ano letivo de 2018, verificou-se que o número de servidores contratados ficará acima do número de vagas (contratos estes que não estão nos relatórios emitidos pelo RH).	Adequação da nomenclatura a legislação vigente. Adequação do quantitativo de servidores a legislação vigente.	Regularizada
Professor MAPB (Educação Física), 01servidor cadastrado para a Secretaria de Saúde. O cargo é deve ser Educador Físico e 03 servidores cadastrados para a Secretaria de Cultura.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente	Regularizada
Na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo não foi encontrada Lei Municipal que regulamente a contratação de Professor de Educação Física, sendo que 03 (três) servidores estão contratados até 31/12/2018.	Adequação dos servidores com legislação que permita a contratação de servidores para o Projeto Campeões do Futuro.	<u>A Regularizar</u>
Secretário Escolar, antigo Secretário Escolar Adjunto, relatório emitido pelo RH ainda consta a nomenclatura antiga.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente.	Regularizada
Secretário Municipal de Assistência Social, No relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta Secretário Municipal de Ação Social.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente.	Regularizada
Para o cargo de Vigia, número de servidores acima do número de vagas.	Adequação do quantitativo de servidores a legislação vigente.	Regularizada
Secretarias Municipal de Obras e Serviços Urbanos, de Agricultura e Meio Ambiente e Saúde e Saneamento. Nomenclatura divergente da LC nº 11/2009.	Adequação da nomenclatura a legislação vigente.	Regularizada
Quanto ao achado do Cargo de Agente de Endemias, foi aberto o processo nº5868/2021, pela Secretaria Municipal de Saúde, e este encontra-se na Contabilidade para analisar impacto financeiro. Ademais, cumpre esclarecer que devido a Lei nº 173/2020, o feito não pode seguir seus tramites legais à época. Quanto ao achado do Cargo de Educador Físico, fora aprovada Lei Complementar nº 86/2022, e, portanto, no exercício de 2022, a situação foi regularizada com a criação do cargo público.		
Relatório 002 Processo nº 2530/2018 Adicional de Insalubridade, Periculosidade e Adicional Noturno		
Achados	Proposições/Alertas	Situação
6 servidores, sendo (04 Jardineiros, 01 Mestre do obras e 01 Encanador da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos recebem 20% de adicional de insalubridade no entanto de acordo com Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), suas atividades não são insalubres.	Adequação do pagamento ao percentual de insalubridade previsto no LTCAT. Adequação do Decreto municipal ao LTCAT vigente.	Regularizada
4 servidores, sendo (01 Calceteiro e 03 Coveiros) da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos recebem percentual inferior ao definido pelo LTCAT.	Adequação do pagamento de acordo com o percentual de insalubridade previsto no LTCAT. Adequação do Decreto municipal.	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

27 servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos ocupantes do cargo de Auxiliar de Limpeza e Conservação da Secretaria Municipal de Obras (folha de janeiro/2018), 11 servidores recebem 40% de adicional de insalubridade, 14 servidores recebem 20% de adicional de insalubridade e 02 servidores não recebem o adicional, porém no LTCAT consta somente o percentual de 40% para os servidores ocupantes destes cargo que executam atividades insalubres.	Adequação das atividades ao LTCAT e do Decreto municipal. Adequação do pagamento ao percentual de insalubridade previsto no LTCAT.	Regularizada
03 motoristas lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos recebem Adicional de Insalubridade, sendo que 02 recebem o percentual de 20% e 01 recebe 40%, porém o LTCAT o adicional de 40% e somente para o Motorista do caminhão de lixo.	Adequação do Decreto municipal ao LTCAT vigente. Adequação do pagamento de acordo com o percentual de insalubridade previsto no LTCAT.	Regularizada
01 servidor lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos recebe Adicional de Insalubridade estando em cargo comissionado.	Adequação do pagamento e das atividades executadas pelo servidor.	Regularizada
O cargo de motorista da Secretaria Municipal de Agricultura não foi considerado insalubre pelo LTCAT analisado, no entanto 01 servidor recebe o adicional de 20%, verificou-se também que existe um processo individual do referido servidor, porém não foi finalizado	Adequação do pagamento de acordo com o previsto no LTCAT.	Regularizada
01 servidor lotado na Secretaria Municipal de Agricultura recebe Adicional de Insalubridade estando em cargo comissionado.	Adequação do pagamento e das atividades executadas pelo servidor. Adequação do Decreto municipal ao LTCAT.	Regularizada
05 Auxiliares de Limpeza e Conservação, lotados na Secretaria Municipal de Saúde recebem adicional de 20%, porém no LTCAT analisado as atividades executadas por este cargo, nesta secretaria, consta como não insalubres.	Adequação do pagamento de acordo com o previsto no LTCAT. Adequação do Decreto municipal ao LTCAT.	Regularizada
01 Enfermeira não recebe o Adicional de insalubridade e de acordo com o LTCAT suas atividades são insalubres.	Adequação do pagamento de acordo com o previsto no LTCAT.	Regularizada
O cargo de Técnico de Enfermagem não consta no LTCAT e em Decreto municipal, porém 03 servidores recebem o adicional de 20%. Também o cargo de Técnico em Saúde Bucal não consta no LTCAT e em Decreto municipal, porém 02 servidores recebem o adicional de insalubridade no percentual de 20% e 01 servidora não recebe.	Adequação do LTCAT e do Decreto Municipal. Inclusão desse cargo no LTCAT para analisar se as atividades exercidas por estes servidores são insalubres.	Regularizada
02 Médicos não recebem o adicional de insalubridade, porém de acordo com LTCAT analisado eles deveriam receber o adicional de 20%.	Adequação do pagamento de acordo com o previsto no LTCAT.	Regularizada
O cargo de Farmacêutico não foi considerado Insalubre no LTCAT analisado, porém verificou-se que o adicional foi concedido à 01 servidora através de processo individual.	Adequação do cargo ao LTCAT, uma vez que o processo individual concedeu o referido Adicional. Orientar-se que seja feita nova avaliação, para constatar se a servidora continua exercendo atividades insalubres, inclusive para servidora Mariana que exerce o mesmo cargo.	Regularizada
O cargo de Fiscal de Saúde não foi considerado Insalubre, pelo LTCAT, porém 02 servidores recebem o adicional de insalubridade de 20%	Adequação do pagamento, uma vez que não consta no LTCAT analisado percentual de insalubridade para este cargo.	Regularizada
01 Atendente de Laboratório recebe adicional de 20%, porém o servidor está nomeado para um cargo comissionado	O LTCAT define percentual de 20% de insalubridade para os ocupantes deste cargo, porém o servidor efetivo neste cargo está nomeado para o cargo em comissão de Encarregado de Área de Coordenação de Vigilância Sanitária e Epidemiológica e para cargo atual do servidor o LTCAT define como não insalubre.	Regularizada
O cargo de Fonoaudiólogo e Psicólogo não foi considerado insalubre pelo LTCAT, porém 02 servidoras recebem o adicional de insalubridade no percentual de 20% e seus processos individuais não foram finalizados.	Adequação do pagamento, uma vez que não consta no LTCAT analisado percentual de insalubridade para estes cargos.	Regularizada
01 Fisioterapeuta não recebe o adicional de insalubridade, porém de acordo com LTCAT teria direito a 20% de adicional.	Verificar situação da servidora Camila, que também exerce o cargo de Fisioterapeuta e não recebe o adicional de insalubridade.	Regularizada
Todos os Vigias recebem adicional de 20% de periculosidade,	Adequação do pagamento e do Decreto municipal,	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

porém de acordo com LTCAT as atividades executadas pelos Vigias não são perigosas.	uma vez que não consta no LTCAT analisado percentual de periculosidade para este cargo. Revisão do pagamento do servidor Adailton Pereira Alves, durante o período de sua Licença Prêmio, concedida através da Portaria nº 5689/2017, sendo que o mesmo recebeu o Adicional de Periculosidade no mês de janeiro/2018. Servidor Adailton Pereira Alves estava de Licença Prêmio no mês de janeiro/2018, e neste mês o servidor recebeu o Adicional de Periculosidade.	
Com relação ao Adicional Noturno, foram realizados cálculos por amostragem e os resultados foram divergentes dos valores de adicional noturno pagos em janeiro/2018.	Fazer cálculo individual de todos os servidores que cumprem jornada noturna de trabalho, conferir todos os valores pagos e caso haja divergência adequar o pagamento. Realizar o Lançamento de Adicional Noturno em folha de pagamento, somente após o Secretário da pasta enviar documentação que comprove a carga horária noturna dos seus servidores.	Regularizada
Devido ao Tema verificado ser de impacto relevante para a administração pública, assim como para os servidores e considerando também que a Divisão de Recursos Humanos teve alto índice de rotatividade de funcionários, no exercício de 2021, será feito monitoramento quanto ao Pagamento dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade e Adicional Noturno dos servidores lotados na Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto e do Fundo Municipal de Saúde.		
Relatório 003 Processo nº 3323/2018 Gratificação por Formação Acadêmica		
Achados	Proposições/Alertas	Situação
Requerimento processo nº 3946/2016 em 23/11/2016, gratificação concedida através da Portaria nº 5556/2017 em 02/03/2017. Documentação Incompleta. Não consta na documentação analisada o Certificado de conclusão de Curso, de acordo com o que determina art. 29 § 4º da Lei Complementar nº 034/2016. Servidor recebe gratificação por formação acadêmica, sem ter apresentado a documentação comprobatória.	Regularização imediata da situação da servidor em questão.	Regularizada
Requerimento processo nº 2346/2016 em 09/06/2016, gratificação concedida através da Portaria nº 5267/2016 de 24/08/2016. Documentação analisada está compatível com a legislação Vigente. Gratificação por Formação Acadêmica recebida em janeiro/2018 divergente do valor calculado. Servidor estava afastado para tratamento médico, porém deveria continuar recebendo a gratificação em questão, pois esta incorpora-se no vencimento do servidor.	Regularização imediata da situação da servidor em questão.	Regularizada
Requerimento processo nº 2794/2017 em 23/05/2017, gratificação concedida através da Portaria nº 5632/2017 de 29/05/2017. Documentação Incompleta. Não consta na documentação analisada o Certificado de conclusão de Curso, de acordo com o que determina art. 29 § 4º da Lei Complementar nº 034/2016. Servidor recebe gratificação por formação acadêmica, sem ter apresentado a documentação comprobatória.	Regularização imediata da situação da servidora em questão.	Regularizada
Requerimento processo nº 3804/2016 em 09/11/2016, gratificação concedida através da Portaria nº 5473/2016 de 06/12/2016.	Regularização imediata da situação do servidor em questão.	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

<p>Não consta na documentação analisada o Certificado de conclusão de Curso, de acordo com o que determina art. 29 § 4º da Lei Complementar nº 034/2016.</p> <p>Servidor recebe gratificação por formação acadêmica, sem ter apresentado a documentação comprobatória.</p> <p>Regularização imediata da situação do servidor em questão.</p>		
<p>Requerimento processo nº 768/2017 em 13/01/2017, gratificação concedida através da Portaria nº 5551/2017 de 02/03/2017.</p> <p>O Certificado apresentado está em desacordo o que determina o art. 29 da lei nº 34/2016.</p>	<p>Regularização imediata da situação do servidor em questão.</p>	<p>Regularizada</p>
<p>Requerimento processo nº 2195/2016 em 30/05/2016, gratificação concedida através da Portaria nº 5162/2016 de 10/06/2016.</p> <p>Documentação Incompleta.</p> <p>Não consta na documentação analisada o Histórico do Curso, de acordo com o que determina art. 29 § 4º da Lei Complementar nº 034/2016.</p> <p>Certificado enviado está sem assinatura.</p> <p>Servidor recebe gratificação por formação acadêmica, sem ter apresentado a documentação comprobatória.</p>	<p>Regularização imediata da situação do servidor em questão.</p>	<p>Regularizada</p>
<p>Requerimento processo nº 2509/2016 em 27/06/2016, gratificação concedida através da Portaria nº 5349/2016 de 21/10/2016.</p> <p>Portaria nº 5349/2016 de 21/10/2016 em seu Art. 2º concedeu a servidora a gratificação acadêmica de acordo com o art. 31, alínea "c" da Lei complementar nº 30/2015, ou seja, o percentual de 15%, quando na verdade a servidora teria direito ao percentual de 10%.</p> <p>Servidora recebe valor divergente da Portaria.</p>	<p>Regularização imediata da situação da servidora em questão.</p>	<p>Regularizada</p>
<p>Requerimento processo nº 2708/2015 em 11/08/2015, gratificação concedida através da Portaria nº 4843/2015 de 06/11/2015.</p> <p>Portaria nº 4843/2015 de 06/11/2015, concedeu a servidora a gratificação acadêmica de acordo com o art. 31, alínea "c" da Lei complementar nº 30/2015, ou seja, o percentual de 20%, sendo que na verdade a servidora teria direito ao percentual de 15% (art.29, alínea d, da Lei Complementar 34/2016).</p> <p>Servidora recebe valor divergente da Portaria.</p>	<p>Regularização imediata da situação da servidora em questão.</p>	<p>Regularizada</p>
<p>Requerimento processo nº 641/2017 em 11/01/2017, gratificação concedida através da Portaria nº 5549/2017 de 02/03/2017.</p> <p>Documentação Incompleta.</p> <p>Não consta na documentação analisada o Certificado de conclusão de Curso, de acordo com o que determina art. 29 § 4º da Lei Complementar nº 034/2016, constando somente Histórico e Declaração.</p> <p>Servidora recebe gratificação por formação acadêmica, sem ter apresentado a documentação comprobatória.</p>	<p>Regularização imediata da situação da servidora em questão.</p>	<p>Regularizada</p>



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

<p>Requerimento processo nº 961/2016 em 23/02/2016, gratificação concedida através da Portaria nº 5096/2016 de 30/03/2016.</p> <p>Servidora começou a receber a gratificação por formação acadêmica no mês de abril/2016, de acordo com o disposto no Art. 34, inciso II da Lei Complementar nº 030/2015, a servidora somente teria direito à gratificação em 01/10/2016, constatando assim o pagamento indevido nas competências de abril à setembro.</p> <p>Servidora começou a receber a gratificação por formação acadêmica no mês de abril/2016, de acordo com o disposto no Art. 34, inciso II da Lei Complementar nº 030/2015, a servidora somente teria direito à gratificação em 01/10/2016, constatando assim o pagamento indevido nas competências de abril à setembro.</p>	<p>Regularização imediata da situação da servidora em questão.</p>	<p>Regularizada</p>
<p>A "Situação" dos achados estão regularizadas desde o exercício de 2020, entretanto, entendeu-se que para uma melhor compreensão, o Relatório 003 deveria estar contido no acompanhamento da Auditoria Operacional nº 01/2018, Processo nº 0551/2018.</p>		



4. ACOMPANHAMENTO DA FISCALIZAÇÃO/LEVANTAMENTO TCE/ES 2018

Possíveis Irregularidades referente ao exercício de 2015 no âmbito dos profissionais da área da Saúde Processo 03131/2016-7/TCEES Processo 5301/2018/ PMDRP					
Processo Administrativo	Data da Instauração	Objeto	Achados	Proposições/Alertas	Situação
5301/2018	12/12/2018	Apuração de indícios de irregularidades quanto acumulação ilegal de cargos, jornada superior a 65h semanais e contratações temporárias, no âmbito dos profissionais da área da saúde no exercício de 2015 (TC nº 03131/2016-7)	Oriundos do TCEES: Acumulação ilegal de cargos, emprego ou função pública; Jornada semanal superior a 65 horas semanais; Contratações Temporárias. Oriundos do Levantamento feito pela UCCI: Fragilidade nas rotinas exercidas pela Divisão de Recursos Humanos e demais setores administrativos envolvidos no processo de contratação e nomeação de servidores, além da necessidade de revisão de Leis Municipais sobre o assunto.	Concluir o Processo Administrativo, sem finalidade punitiva, nº 5301/2018 instaurado para averiguar as possíveis irregularidades apontadas pelo TCE/ES no Acórdão nº 566/2018, por meio do Ofício nº 04059/2018-1, nos autos do Processo nº 03131/2016-7 e, ao final, informar acerca do histórico de cada caso e qual a situação atual.	Regularizada
				Enviar ao Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto/ES para analisar as medidas jurídicas cabíveis ao caso, conforme orientação do próprio TCE/ES.	Regularizada
				Solicitar a todos os servidores públicos da Administração Pública Municipal de Dorcas do Rio Preto/ES que informem sobre titularizarem mais de um cargo, emprego ou função pública, sendo que, em caso positivo, informem também acerca da carga horária e o local de exercício dos demais vínculos, bem como a data do início e tipo do vínculo (efetivo, emprego público, contratação temporária, etc.).	Regularizada
				Sejam as informações encaminhadas ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Dorcas do Rio Preto/ES, solicitando-se a elaboração de um relatório no qual seja feito um levantamento de quais servidores ocupam mais de dois cargos, empregos ou funções públicas, bem como a carga horária semanal total daqueles que possuem mais de um vínculo para com o Poder Público, bem como o local onde exercem cargo, emprego ou função pública.	Regularizada
				Seja, o relatório, encaminhado ao Gabinete do Prefeito Municipal para que, de posse das informações, dê os encaminhamentos que entender cabíveis.	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

				<p>Sugere-se que em todas as novas formalizações e/ou prorrogações de vínculos com a Administração Pública Municipal de Dorcas do Rio Preto/ES seja solicitada declaração dos contratados para informar se titularizam outro cargo, emprego ou função pública e em caso positivo a carga horária, o tipo do respectivo vínculo e o local, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da CRFB/88, com identificação completa do servidor, por escrito, no termo de declaração.</p>	Regularizada
				<p>No quesito disciplina legal, nos casos de contratações temporárias, sugere-se a atualização da Lei nº 604/2005 para comportar os novos entendimentos legais, doutrinários e jurisprudências acerca do tema que porventura tenham surgido após o ano de edição da referida lei.</p>	Regularizada
				<p>Enquanto o item anterior não for realizado, sugere-se a observância da necessidade da realização de concurso para provimento de vagas temporárias (processo seletivo) anterior às contratações para necessidade temporária de excepcional interesse público, uma vez que tanto a Lei nº 604/2005 e a Lei Complementar nº 41/2017 preveem a necessidade da realização de processo seletivo para esses casos, conforme estabelecido nas leis citadas, nos artigos 3º e 12, Parágrafo Único, respectivamente; bem como a observância dos prazos de vigência de tais contratos.</p>	Regularizada
				<p>Atualização do Termo de Declaração preenchido pelos servidores nomeados e/ou contratados, para constar a identificação completa do declarante, da mesma forma em que se sugere seja a declaração assinada na mesma data da assinatura do contrato ou termo de nomeação.</p>	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

5. ACOMPANHAMENTOS PLANO DE AÇÃO – TCE/ES

5.1 PLANO DE AÇÃO – FISCALIZAÇÃO/AUDITORIA DA RECEITA – TCE/ES

Plano de Ação – Fiscalização/Auditoria da Receita
Termo de Notificação 00386/2018-9
Processo 02773/2018-1
Acórdão 00343/2019-9

Objeto	Achado	Problema a ser Resolvido	Recomendação TCE/ES	Data da Conclusão	Situação
Análise acerca da Estrutura Legislativa física e Organizacional da Administração Tributária do Município de Dorcas do Rio Preto	2.1. Legislação Tributária não disponibilizada adequadamente para conclusão;	<ul style="list-style-type: none">- Inexistência de consolidação da normatização tributária municipal.- Ausência de segurança jurídica na utilização do Código Tributário Municipal.- Legislação disponibilizada, mas sem identificação de acesso.	Manter consolidada a legislação tributária municipal em texto único para ser disponibilizado para consulta dos contribuintes e da própria administração, consignando ali todas as leis que foram revogando, alterando ou acrescentando dispositivos regulamentadores;	30/09/2018	Regularizada
			Estudar e elaborar proposta legislativa a fim de compilar as disposições legais referentes ao Código Tributário Municipal em texto único, tornando revogadas todas as disposições referentes a legislações, definindo o conteúdo que será aproveitado da LCM 02/2001, mas aprovado em nova Lei.	31/12/2019	Regularizada
			Publicar a legislação municipal consolidada em vigor aplicável no endereço eletrônico do Município; Disponibilizar acesso simplificado e de fácil identificação à legislação tributária disponível no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal, indicando de forma expressa as principais leis tributárias em vigor no Município. Implantar procedimentos definidos de consolidação e publicação online das normas tributárias, atribuindo expressamente estas competências a determinado(s) setores e/ou agentes públicos, de forma que as normas estejam permanentemente consolidadas e publicadas no endereço eletrônico da Prefeitura.	15/10/2018	Regularizada
	2.2. Ausência de Revisão da Planta Genérica de Valores;	Desrespeito ao ciclo mínimo para Revisão da Planta Genérica de Valores.	Elaborar e encaminhar, à Câmara Municipal, projeto de Lei: a) revisando a Planta Genérica de Valores do município, com base no que dispõe o art. 54 da LCM 27/2014, combinado com o art. 97, IV, do CTN, com o objetivo de que reflita, adequadamente, a realidade imobiliária local e contemple possíveis valorizações e ou desvalorizações havidas em função das transformações urbanas, observando os seguintes aspectos: I) a avaliação de imóveis, para fins de tributação, deve ser efetuada por profissionais habilitados para atividade técnica de avaliar imóveis, conforme Resolução Confea 345/90 c/c Lei Federal 5.194/66 e Lei Federal 12.378/2010;	31/12/2019	<u>A Regularizar</u>



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		<p>II) a avaliação de imóveis deve ser referenciada em boas práticas reconhecidas e aceitas para o exercício dessa função (NBR 14653-1:2001 e 14653-2:2004, da ABNT);</p> <p>III) a médias dos quocientes dos valores avaliados, conforme constam no cadastro fiscal, em relação aos preços praticados no mercado para cada tipo de imóvel (nível de avaliação), deve ficar entre 70% (setenta por cento) e 100 % (cem por cento), conforme o §4º do art. 30 da Portaria 511/09 do Ministério das Cidades;</p> <p>b) prevendo a gradação de eventuais aumentos individuais acentuados, decorrentes da instituição da Planta Genérica de Valores, de forma a respeitar o princípio da não-surpresa e da capacidade contributiva. Por exemplo, escalonar um eventual aumento de 40% em quatro aumentos anuais de cerca de 10%.</p>		
		Dar ciência à Câmara Municipal quanto à ausência de revisão tempestiva da Planta Genérica de Valores.	15/09/2018	Regularizada
2.3. Irregularidades na Atualização Monetária;	Ausência de atualização monetária.	Implementar a atualização monetária anual da base de cálculo dos tributos municipais, inclusive para o próximo exercício, utilizando o índice oficial de inflação adotado em lei pelo Município, IPCA-E (ar. 151 LC 27/2014), expedindo decreto sempre no início de cada exercício a fim de divulgar o índice a ser aplicado;	31/01/2019	Regularizada
	Índice de inflação não oficial para correção de tributos.	Elaborar e encaminhar proposta de Lei que institua o UFRM no âmbito municipal e fixando o valor de representação do mesmo, que deverá ser reajustado pelo mesmo índice de inflação que será adotado para os outros tributos municipais.	31/12/2019	Regularizada
2.4. Irregularidade na concessão de benefícios fiscais;	Inexistência de processo administrativo formalizado para efetivar concessão de benefício fiscal. Conforme disposição do Código Tributário Municipal (Lei Complementar 27/2014, § 1º, art. 84), empresas prestadoras de serviços instaladas no distrito industrial serão beneficiadas com a alíquota única do ISS de 2% pelo período de 5 anos. Ocorre que tal condição não pode ser implementada, uma vez que não existe distrito industrial no Município. No entanto, foi constatado diversos contribuintes beneficiados.	Implementar procedimentos normatizados para formalização e renovação de atos de concessão de benefícios fiscais em favor dos contribuintes, a fim de que as condições legais para usufruto sejam devidamente averiguadas e comprovadas inicialmente e a cada exercício por meio de regular processo administrativo, possibilitando que a análise do pedido de concessão seja devidamente motivado e que seja imprescindível a aposição de parecer técnico lavrado por agente público integrante da carreira específica de fiscalização tributária;	31/12/2019	Regularizada
		<p>Revisar todos os atos de reconhecimento de imunidade e de concessão de isenção que ensejaram a não incidência de impostos, adotando os seguintes procedimentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Identificar as inscrições constantes do cadastro que não foram objeto de lançamento de impostos em 2017; 2) Verificar a existência de processo administrativo ou documentação suporte em que seja possível avaliar a regularidade da concessão; 3) Caso não tenha sido formalizado processo administrativo ou a documentação esteja incompleta, notificar os contribuintes beneficiados, visando à ratificação dos atos com as informações e documentos que comprovem a manutenção da condição de isentos ou imunes, formalizando o devido processo administrativo caso ainda não exista; 4) Verificar especialmente se as isenções concedidas estão amparadas em leis municipais específicas; 	31/12/2018	Em andamento



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

			<p>5) Em caso da não regularização, efetuar lançamentos de ofício através de regular notificação destes contribuintes, observando o prazo decadencial (5 anos a contar do fato gerador do tributo);</p> <p>6) Registrar o resultado dessa revisão geral em relatório circunstanciado, formalizado em processo administrativo municipal para futura apresentação quando do monitoramento desta auditoria, fazendo constar menção expressa e conclusiva sobre cada item dos procedimentos acima descritos;</p>		
			<p>Implantar e implementar procedimento de inserção, no sistema de arrecadação, de campos específicos para o registro do tipo de benefício concedido (isenção) ou reconhecido (imunidade) e da fundamentação legal correspondente, de forma a possibilitar a atuação dos controles interno e externo, e a elaboração de relatórios gerenciais.</p>	31/12/2019	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

	<p>2.5. Inexistência de Carreira Específica para o exercício de atividades de fiscalização.</p>	<p>Inexistência de cargos de fiscal de tributos de nível superior na legislação municipal. Verificou-se que a LM 6/2002 criou seis cargos de Fiscal de Tributos Obras e Posturas, Anexo I, dentro do Grupo Ocupacional de Obras e Serviços de Conservação. Ocupando o cargo supra existem 3 (três) servidores efetivos dos quais dois atuam no setor da Administração Tributária, e um atua na Controladoria Municipal.</p> <p>Com o advento da Lei 34/2016, por sua vez, o cargo de Fiscal de Tributos Obras e Posturas que contava com 6 (seis vagas) (Anexo I) foi dividido em dois cargos, Agente de arrecadação e Fiscal de Postura e enquadrado no Grupo Ocupacional Fiscalização, distribuindo-se três vagas para cada cargo, determinando então que os cargos de provimento efetivo e estáveis seriam enquadrados nos cargos previstos no Anexo I, observando o demonstrativo de situação atual e situação nova constante do Anexo IV (Art.82) e que o enquadramento se daria no cargo correspondente ao que já possuía.</p> <p>Quanto à carreira, seria enquadrada conforme cargos previstos no anexo IV, cujas atribuições sejam da mesma natureza e mesmo grau de responsabilidade e dificuldade das funções que</p>	<p>Elaborar e encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei que crie carreira específica de fiscal de tributos de nível superior, ou seja, plano de cargos com expressa previsão de atribuições adstritas à Administração Tributária, notadamente aquelas previstas nos títulos III e IV do CTN, quais sejam: fiscalização e lançamento de tributos; e modificação, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário;</p> <p>-----</p> <p>Estruturar o plano de carreira de fiscal de tributos em consonância com a essencialidade e a priorização de recursos prevista constitucionalmente para a função (art. 37, XXII), sugerindo-se a avaliação por conveniência e oportunidade quanto à adoção da gratificação por produtividade, vinculada ao desempenho da arrecadação em relação a metas a serem fixadas pela administração tributária. É importante que haja graduação da remuneração da carreira de forma a desestimular o desvio de função dentro da administração municipal, assim como estimular o interesse para investidura e manutenção dentro da respectiva carreira.</p>	31/12/2019	<u>A Regularizar</u>
--	---	---	---	------------	-----------------------------



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		estivessem exercendo. Ocorre que analisando as atividades do Anexo III da Lei 6/2002, constatou-se que as atividades do então cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Posturas estavam intrinsecamente relacionadas ao atual cargo de Fiscal de Posturas, portanto o cargo de Agente de Arrecadação não pode eventualmente vir a ser provido pelos ocupantes do cargo de Fiscal, Obras e Posturas, ante a falta de compatibilidade das atribuições desta com a da nova carreira de Agente de Arrecadação.	Deixar de prover o cargo de Agente de Arrecadação com os servidores atualmente ocupantes do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Posturas, porquanto cargo e as atribuições daquele, são incompatíveis com as atividades que outrora os agentes públicos prestaram concurso público.	01/08/2018	Regularizada
2.6. Priorização de Recursos à Administração Tributária	Não de	Não implementação da organização da Administração Tributária prevista em lei;	Implementar a Administração Tributária Municipal, de forma a definir setores e/ou servidor que possam desempenhar as atividades essenciais da tributação, tais como cadastro e atendimento de contribuintes, lançamento e fiscalização de tributos, gestão e cobrança da dívida ativa, bem como os setores responsáveis pela sua execução;	31/12/2019	<u>A Regularizar</u>
		Verificou-se que o setor dispõe de número suficiente de computadores para os servidores que atuam na unidade, porém estão obsoletos e impressora não funciona adequadamente. Contatou-se que a Administração tributária não dispõe de veículo para a realização de atividades de fiscalização e demais diligências externas;	Dotar recursos orçamentários específicos para efetiva implementação da Administração Tributária Municipal, dotando-a de estrutura física e recursos humanos suficientes ao pleno exercício das atribuições previstas constitucionalmente, tais quais computadores e veículos necessários a atuação do Fisco;	31/12/2018	Regularizada
		Ausência de capacitação dos servidores visando o desempenho eficiente das atividades típicas da Administração Tributária e Fiscal. Verificou-se que os servidores do setor encontram dificuldade para desenvolver suas atividades em razão da falta de qualificação e treinamento,	Implantar e implementar um programa de capacitação destinado aos agentes da administração tributária visando ao desempenho de suas atribuições específicas, orientando-os no sentido de obter os resultados desejados pela Administração, estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores.	01/07/2019	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		principalmente no que diz respeito à fiscalização de ISSQN.			
	2.7. Ausência de Previsão Orçamentária Estabelecendo Recursos Específicos para a Administração Tributária.	Verificou-se que a Lei Orçamentária Anual - LOA do município relativa ao exercício de 2018 não estabeleceu recursos específicos à modernização e aparelhamento da administração tributária.	Fazer constar nas peças orçamentárias do Município (LDO e LOA) para os próximos exercícios, dotação destacada e especificamente relacionado à modernização ou aparelhamento da administração tributária, classificando as despesas de custeio, ampliação e modernização da administração tributária em projetos e atividades específicas dentro da subfunção "Administração de Receitas", nos termos da Portaria MPOG 42/99;	15/09/2018	Regularizada
	2.8. Cadastro imobiliário não fidedigno.	O último recadastramento foi efetuado no ano de 2016, porém os dados registrados no cadastro imobiliário não identificam plenamente o contribuinte e seu respectivo imóvel, para fins de atualização cadastral, sob pena de multa. Lançamento do IPTU e responsabilização por inadimplemento. Observou-se cadastros de contribuintes sem o respectivo CPF/CNPJ e outros sem a identificação nominal do proprietário, com o agravante de que os não identificados constam indevidamente do Boletim de Cadastro Imobiliário na condição de isentos. O Município não possui um setor responsável pela inscrição, manutenção e atualização do cadastro imobiliário de contribuintes. As atividades de cadastramento e recadastramento imobiliário	Estabelecer, no organograma do Poder Executivo Municipal, um setor e/ou agente responsável pela gerência e atualização do cadastro imobiliário e viabilizar economicamente sua implementação;	31/12/2018	Regularizada
			Encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal instituindo obrigação de o contribuinte comunicar, em prazo determinado, formalmente ao município fatos ou circunstâncias que venham a alterar a unidade imobiliária, para fins de atualização cadastral, sob pena de multa.	31/12/2019	Regularizada
			Implantar e implementar programa de fiscalização e atuar de forma coercitiva, com a lavratura dos respectivos autos de infração, para atestar o cumprimento quanto à comunicação por parte dos contribuintes, no prazo determinado, sobre fatos ou circunstâncias que venham a alterar a unidade imobiliária, para fins de atualização cadastral;	31/12/2020	<u>A Regularizar</u>



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		são executadas, entre outras atividades, pelo chefe da divisão de tributação auxiliado por um agente administrativo.	Firmar convênio com as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica e de água tratada atuantes no município, para que as mesmas disponibilizem o acesso da administração aos seus cadastros de clientes e unidades residenciais.	31/12/2019	Regularizada
2.9.Irregularidades nos Procedimentos Fiscalizatórios de Maximização da Arrecadação.		Constatou-se que não é realizado nenhum tipo de procedimento fiscalizatório nos contribuintes de ISS	Estruturar o plano de carreira de fiscal de tributos em consonância com a essencialidade e a priorização de recursos prevista constitucionalmente para a função (art. 37, XXII), sugerindo-se a avaliação por conveniência e oportunidade quanto à adoção da gratificação por produtividade, vinculada ao desempenho da arrecadação em relação a metas a serem fixadas pela administração tributária. É importante que haja graduação da remuneração da carreira de forma a desestimular o desvio de função dentro da administração municipal, assim como estimular o interesse para investidura e manutenção dentro da respectiva carreira;	31/12/2019	<u>A Regularizar</u>
		Inexistência de lançamento de ISS dos dois cartórios domiciliados no Município, com base na movimentação econômica, necessário para homologar o imposto dentro do prazo decadencial, representando risco iminente de decair o direito de constituição do crédito tributário.	Implantar e implementar procedimentos de monitoramento da arrecadação dos inadimplentes, dos maiores contribuintes de ISS ou do comparativo entre contribuintes com a mesma atividade, de modo, na ocorrência de qualquer flutuação significativa na arrecadação, direcionar ações fiscais em diligência externa;	31/12/2019	<u>A Regularizar</u>
			Implantar e implementar programa permanente de fiscalizações nas Instituições Financeiras, contribuintes de ISS no Município, de modo a apurar e lançar o imposto com base na movimentação econômica informada na Cosif ou na declaração obrigatória;	31/12/2020	<u>A Regularizar</u>
			Implantar e implementar programa de fiscalização nas empresas que apresentem variações significativas em seu recolhimento, com vistas a averiguar oportunamente os indícios de evasão fiscal;		
			Implantar e implementar programa permanente de fiscalizações nas grandes empresas comerciais e industriais, estabelecidas no Município, como responsáveis tributários do ISS, na condição de tomadores de serviços responsáveis tributários de ISS;		
			Implantar e implementar programa permanente de fiscalizações em contribuintes de construção civil no município;	31/12/2018	<u>A Regularizar</u>
			Firmar convênios com administrações tributárias de outros municípios, Estado ou União buscando o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, conforme prevê o inciso XXII, art. 37 da CF;	31/12/2018	Regularizada
			Efetuar o lançamento da diferença do ISS, deduzidos dos recolhimentos efetuados durante a obra, nos casos previstos na norma municipal, sem condicionar o seu pagamento à liberação do habite-se;	31/12/2019	<u>A Regularizar</u>
			Implantar e implementar procedimentos no intuito de comparar o faturamento bruto informado para o recolhimento do Simples Nacional, por meio do PGDAS-D, com o faturamento declarado com base na		



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

			emissão de documentos fiscais, para fins de apurar o ISS devido;		
			Obter o certificado digital e-CPF para acessar a base de dados do Portal do Simples Nacional, na internet de forma que os Fiscais de Tributos possam acessar os dados do Simples Nacional;	31/12/2020	Regularizada
			Instituir obrigação acessória, para os contribuintes, de informação periódica, preferencialmente por sistema informatizado, sobre os serviços que foram tomados e os respectivos recolhimentos de ISS retido, enquanto não for implementada a Nota Fiscal de Serviços eletrônica com funcionalidades mínimas que possibilitem o cruzamento de informações necessárias para a apuração devida do imposto;	01/09/2018	Regularizada
			Incluir no planejamento de fiscalização os contribuintes que apresentarem divergência entre os valores declarados ao Simples Nacional e faturamento apurado pela emissão da NFS-e, com vistas a promover a fiscalização nesses contribuintes;	31/12/2019	<u>A Regularizar</u>
			Efetuar o lançamento do ISS com base no movimento econômico dos cartórios única e exclusivamente para evitar a decadência do imposto até que a controvérsia jurídica acerca de sua base de cálculo (movimento econômico ou valor fixo) seja resolvida no âmbito do Supremo Tribunal Federal, por meio de procedimentos tais como: (i) notificação dos cartórios para apresentação das informações relativas ao movimento econômico; (ii) obtenção do movimento econômico dos cartórios mediante petição à Corregedoria Geral de Justiça dos dados constantes no Livro Adicional Eletrônico; (iii) cálculo indireto a partir da receita bruta dos cartórios disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça na internet (justiça aberta). 2 - Manter suspensa a exigibilidade dos lançamentos de ISS sobre serviços cartorários, de forma que não haja lançamento de multas ou inclusão em cadastros de devedores, até que a controvérsia jurídica sobre a base de cálculo seja decidida pelo STF, levando em conta ainda as reiteradas decisões de Tribunais de Justiça favoráveis à cobrança de ISS pelo valor fixo. 3 - Implementar procedimento periódico – com periodicidade máxima quadrienal - de fiscalização nos cartórios, de forma a lançar e exigir o ISS antes de transcorrido o prazo decadencial;	31/12/2019	Regularizada
			A PGM: Recorrer às instâncias superiores contra eventual decisão judicial que impede o lançamento do ISS sobre serviços cartorários, tendo em vista a decisão do STF que reconheceu a constitucionalidade da incidência de ISS sobre esses serviços (ADI 3.089-2 DF), o que garante o direito de o Município lançar o imposto para evitar sua perda pela decadência.		Regularizada
			Implantar e implementar procedimentos regulares para comparar o faturamento dos contribuintes de ISS oriundo de operações realizadas com cartões de crédito e de débito, com a movimentação econômica declarada ao Município por meio da emissão de notas fiscais de serviços.	31/12/2020	Regularizada
	2.10.Irregularidad es no Arbitramento do ITBI.	Existência de arbitramentos de base de cálculo de ITBI sem explicitação dos parâmetros e fatores que embasaram a forma de	Implementar procedimento de fiscalização do ITBI que consista no confronto do valor da base de cálculo do imposto declarado pelo contribuinte com o valor de mercado do imóvel objeto da transmissão, regularmente avaliado pela administração ou constante de banco de dados de valores de transações imobiliárias ocorridas no município, e não	31/12/2020	<u>A Regularizar</u>



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		cálculo utilizada para valoração do imposto, em especial, os elementos previstos no § 2º do artigo 68 da LM 27/20144, caracterizando a não observância do devido processo legal, na medida em que limita a ampla defesa e o estabelecimento do contraditório por contribuintes irrisignados.	vinculado ao valor venal utilizado como base de cálculo do IPTU, estabelecendo como condicionantes da validade dos atos: a) a abertura de processo administrativo; b) a oposição de parecer técnico lavrado por agente integrante de carreira específica da administração tributária, contendo, obrigatoriamente, a explicitação dos parâmetros e fatores que embasaram a forma de cálculo utilizada para valoração do imposto; c) a ratificação do valor arbitrado por autoridade hierarquicamente superior, Comissão Permanente de Avaliação ou similar, formalmente designada para tal atividade, observando o Princípio da Segregação de Funções; d) a comprovação de notificação ao contribuinte em que constem prazo e local para impugnação -Atribuir a atividade de lançamento do ITBI somente a agentes integrantes de carreira específica da administração tributária.		
		A avaliação do imóvel transmitido é feita por agentes não integrantes da carreira específica da administração tributária: Técnico Agropecuário, para imóveis rurais; e Engenheiro Civil, para os urbanos.	Implementar procedimentos para avaliação do valor de mercado, para fins de tributação, dos imóveis objeto de transmissão no município, com base nas normas técnicas NBR 14653-1 e 14653-2, expedidas pela ABNT, com o objetivo de alimentar banco de dados orientador da fiscalização da base de cálculo do ITBI declarada pelos contribuintes do imposto;	31/12/2019	<u>A Regularizar</u>
2.11.Cobrança Ilegal de Taxa	Não há previsão legal para cobrança de Taxa de Limpeza Pública com a definição de seu fato gerador e o sujeito passivo. - Não há previsão legal para cobrança de Taxa Coleta de Lixo com a definição de seu fato gerador e o sujeito passivo.	Elaborar, de imediato, estudo referente ao impacto financeiro decorrente da perda da receita proveniente da arrecadação das Taxas de Limpeza Urbana e de Conservação de Calçamento.		30/06/2019	Regularizada
		Excluir da previsão orçamentária da Lei subsequente à notificação deste achado as receitas provenientes da arrecadação da Taxa de Limpeza Urbana e de Conservação de Calçamento e deixar de lançar os referidos tributos.		15/09/2018	Regularizada
		Elaborar e encaminhar à Câmara Municipal de Vereadores, projeto de lei que institua e regule Taxa Pública para custeio dos serviços específicos e divisíveis de coleta e manejo de resíduos sólidos urbanos, com observância aos princípios e diretrizes estabelecidos na LF 11.445/2007 (Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico), em especial aqueles previstos no Capítulo VI – Dos Aspectos Econômicos e Sociais.		31/12/2019	Regularizada
2.12.Cobrança Administrativa Insuficiente para Realizar a Efetiva Arrecadação.	Inexistência de rotina sistemática de cobrança administrativa de créditos tributários. – Ausência de medidas de restrição para se conceder parcelamentos, no sentido de desestimular a inadimplência dos parcelamentos.	Adotar os seguintes procedimentos como exemplo de rotina sistemática de cobrança administrativa do crédito tributário: a) No exercício seguinte ao vencimento da dívida inadimplida, emitir notificação ou inseri-la no carnê de cobrança (IPTU ou ISS fixo) dos contribuintes devedores, sempre acompanhada da guia/boleto para pagamento do débito devidamente atualizado, à vista ou parcelado. b) Nos anos seguintes, até o ajuizamento da dívida, esgotar os meios para localização e identificação dos devedores não localizados no procedimento anterior, a fim de aperfeiçoar a cobrança administrativa e atualizar o cadastro, visando qualificar futuras execuções fiscais. Obs: Esses procedimentos deverão ser realizados anualmente, de forma que a cada ano, novos devedores sejam notificados, inclusive quanto às dívidas originárias dos		30/06/2019	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

			parcelamentos cancelados, enquanto que os devedores contumazes estarão sendo qualificados e tendo suas dívidas acumuladas para efeito de cobrança judicial.		
			Implantar e implementar rotina sistemática de cobrança administrativa de todos os créditos tributários exigíveis durante o período de acumulação das dívidas para realização da execução fiscal, estabelecendo procedimentos de identificação do devedor para os casos em que as notificações não tenham sido entregues (p. ex. endereço incompleto ou endereço de terreno, contribuinte desconhecido, etc.) e registrando os resultados da cobrança, inclusive quanto às dívidas originárias de parcelamentos cancelados.	30/06/2019	Regularizada
			Realizar convênios com as distribuidoras de energia elétrica, Secretarias das Receitas Federal e Estadual, Detran-ES, Cartórios, Junta Comercial, entre outros, no sentido de esgotar os meios para localização e identificação dos devedores não localizados na cobrança administrativa, a fim de qualificar futuras execuções fiscais.	31/12/2019	Regularizada
			Registrar os resultados da cobrança administrativa (controle a taxa de êxito das cobranças realizadas, contribuintes cobrados, contribuintes que compareceram para parcelamento, contribuintes que quitaram o débito integralmente, etc.), de modo que seja possível aferir a efetividade do procedimento adotado, por meio das seguintes informações mínimas: nº de notificações emitidas; nº de contribuintes efetivamente notificados; nº de endereços desconhecidos; nº de contribuintes desconhecidos; nº de contribuintes notificados que compareceram para parcelar a dívida.	30/06/2019	<u>A Regularizar</u>
			Estabelecer por meio de normativo próprio (lei específica) medidas de restrição para a concessão de parcelamentos, como por exemplo, a exigência de quitação à vista de um percentual da dívida, de forma a desestimular a inadimplência dos parcelamentos concedidos, garantindo a efetividade desse benefício para recuperação da dívida.	31/12/2019	Regularizada
			Evitar a prática reiterada de concessão de anistias, tendo em vista que a utilização desse instrumento deve ser restrita a situações excepcionais e com observância das condições estabelecidas pelos arts. 111, 180, 181 e 182 do CTN c/c artigo 14 da LRF.		Regularizada
			Implantar procedimento de cobrança dos parcelamentos que defina prazos e atribuições de cada setor, e implementar esta rotina, utilizando-se de emissão periódica de relatórios gerados pelo sistema de arrecadação ou outra ferramenta similar, a fim de comunicar formalmente o setor responsável pela continuidade da cobrança administrativa quando houver cancelamento de parcelamento por inadimplência.	31/12/2019	Regularizada
			Implantar e implementar procedimento de controle que inclua as dívidas de exercícios anteriores aos da cobrança administrativa, provenientes de parcelamentos cancelados por inadimplência, a fim de continuar sua cobrança administrativa enquanto não esgotado o prazo prescricional, segundo o critério da dívida mais antiga e inadivável para execução fiscal de cada devedor.	31/12/2019	Regularizada
			Implementar o Protesto Extrajudicial de Créditos Tributários, para que estando o cadastro de contribuintes fidedigno e dotado de informações confiáveis quanto à legitimidade do débito tributário, o Município possa protestar a dívida em cartório Implementar o Protesto Extrajudicial de		Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

			Créditos Tributários, para que estando o cadastro de contribuintes fidedigno e dotado de informações confiáveis quanto à legitimidade do débito tributário, o Município possa protestar a dívida em cartório		
2.13.Parcelamentos em Desacordo com as Normas Gerais.		Identificou-se que a legislação específica que trata de parcelamento de crédito apresenta exigências insuficientes.	Adequar a LCM 27/2014 para a concessão de parcelamento, em cumprimento ao disposto no art. 155-A do CTN. Sugestões de artigos para lei de parcelamento: Art. ____- O ingresso no Parcelamento dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento de débitos, e que terá sua formalização condicionada ao prévio pagamento da primeira prestação. Art. ____- O pedido de parcelamento deferido constitui confissão da dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação.	31/12/2019	Regularizada
		A concessão de parcelamentos é realizada sem a abertura de processo administrativo.	Implantar e implementar procedimento de abertura de processo administrativo para concessão de parcelamentos, de forma a que fiquem registrados os elementos que os embasaram, tais como termo de confissão de dívida assinado, despacho da autoridade competente e comprovante de titularidade da dívida. - Implantar e implementar os seguintes procedimentos quando da requisição de parcelamentos: (i) requisição do comprovante de titularidade da dívida tributária no ato da concessão do parcelamento, sem prejuízo do seu deferimento. (ii) anexação ao processo do comprovante de titularidade (ex.: documento de propriedade ou posse do imóvel, comprovações de situação civil, CPF ou CNPJ, contrato social, etc.), a fim de garantir a interrupção do prazo prescricional, conforme estabelece o art. 174, parágrafo único, I do CTN e postergar a ocorrência de prescrição em caso de inadimplemento do parcelamento. (iii) abertura de procedimento de regularização fundiária para os requerentes de parcelamentos que não possam comprovar a propriedade ou posse do imóvel para fins de sujeição passiva do IPTU. (iv) controle diferenciado do prazo de prescrição para os parcelamentos concedidos aos requerentes que não comprovarem a titularidade da dívida, tendo em vista que não há interrupção do prazo nem suspensão do crédito até a regularização da relação tributária. - Cancelar os parcelamentos no prazo previsto na legislação de forma a continuar imediatamente a cobrança administrativa ou judicial da dívida originária. - Implementar rotina de acompanhamento da inadimplência dos parcelamentos, utilizando-se de emissão periódica de relatórios gerados pelo sistema de arrecadação ou outra ferramenta similar, a fim de cancelar o benefício do parcelamento, nos casos de inadimplência superior ao limite de parcelas fixadas na legislação tributária municipal, dando prosseguimento à cobrança do crédito. - Implantar rotina sistemática de acompanhamento dos parcelamentos concedidos, por meio de ato normativo (Decreto, Portaria, etc.) que defina prazos e atribuições de cada setor. - Implementar procedimentos de concessão e controle da inadimplência de parcelamentos com o auxílio do sistema informatizado, por meio de ferramentas tais como: (i) telas exclusivas para cada tipo de parcelamento previsto na legislação (normal, refis, reparcelamentos, etc.) com valores	31/12/2019	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

			parametrizados previamente (descontos, acréscimos, número máximo de parcelas, valor mínimo das parcelas, percentual mínimo à vista para parcelamentos, etc.), de forma a evitar erros no momento da concessão; (ii) ferramentas próprias para controle da inadimplência dos parcelamentos (relatórios parametrizados pelo nº de parcelas em atraso e outras condições previstas em lei que caracterizem o descumprimento dos parcelamentos), de forma a possibilitar o seu imediato cancelamento; (iii) crítica entre o campo de número de processo da tela de parcelamento com a lista de processos abertos no sistema de protocolo, de forma a garantir que nenhum usuário possa finalizar a inclusão de um parcelamento sem a inserção de um número de processos válidos.		
		Identificou-se a ausência de despacho da autoridade competente nos procedimentos de concessão de parcelamento de créditos tributários.	Conceder parcelamentos de créditos tributários em observância às normas descritas na legislação municipal, especialmente no que tange despacho da autoridade competente, ao nº máximo de parcelas concedidas, ao valor mínimo fixado da parcela, atualização do débito e medidas de restrição.	31/12/2019	Regularizada
		Ausência de termo de confissão de dívida do responsável tributário.	Implementar procedimento de assinatura do termo de confissão de dívida pelo titular da dívida, estabelecendo um controle diferenciado para evitar a prescrição do crédito quando não for possível a comprovação da titularidade no momento do requerimento, uma vez que o termo de confissão e o parcelamento apenas interrompem e suspendem o prazo prescricional se firmados pelo sujeito passivo da obrigação tributária.	31/12/2019	Regularizada
	2.14. Ausência de Requisitos Legais na Inscrição em Dívida ativa.	Observou-se a ausência dos seguintes requisitos previstos na Lei de Execuções Fiscais: a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato; fundamento legal ou contratual da dívida; fundamento legal para atualização monetária e incidência de juros.	Implementar no sistema de controle da arrecadação os campos previstos no §5º do art. 2º da Lei nº 6.830/80 e art. 194 da LCM 27/2014, a fim de que passem a constar do Livro Eletrônico da Dívida Ativa e da Certidão de Dívida Ativa.	31/12/2019	Regularizada
	2.15. Ausência de Cobrança Judicial do Crédito Tributário.	Constatou-se que o município não vem ajuizando ação de execução fiscal, a fim de cobrar o crédito tributário e, consequentemente, interromper a prescrição dos créditos inscritos em Dívida Ativa. Únicas execuções fiscais ajuizadas pelo município foram no exercício de 2017, referente aos débitos oriundo dos anos de 2012 e 2013. A posteriori não	Racionalizar o procedimento de execução fiscal, por meio do agrupamento das CDAs por contribuinte e da acumulação do máximo possível de exercícios em dívida dentro do prazo prescricional, observando anualmente o critério do ano mais antigo para acumulação dos subsequentes.	.	Regularizada
			Implementar rotinas junto a Procuradoria municipal, para que esta proceda anualmente à distribuição de ações, visando racionalizar o procedimento de execução fiscal, cumprindo as seguintes diretrizes: (i) Juntar num único processo todas as dívidas do contribuinte, inclusive a de parcelamentos não cumpridos e autos de infração ou lançamento de ISS; (ii) Considerando que o término do prazo prescricional dos tributos lançados em massa (IPTU e ISS fixo) se dará sempre no início do ano, providenciar até o final do ano X a execução das dívidas relativas aos tributos de ano-base X-3 e, apenas para esses devedores de X-3, juntar		Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		há relatos de execuções ajuizadas e tampouco se observa movimentação para ajuizamento de execuções fiscais referentes aos débitos dos anos de 2014 a 2017.	os eventuais débitos de, X-2 e X-1. Dessa forma, a cada ano o número de execuções vai diminuindo, pois ao realizar o mesmo procedimento no ano de X+1, para as dívidas de X-2, vários devedores já terão sido ajuizados no ano anterior; Observação: sugere-se, por exemplo, ajuizar no final de 2018 os contribuintes devedores de 2015, agrupando suas eventuais dívidas de 2016 e 2017. Em 2019, seriam ajuizados os contribuintes devedores de 2016, agrupando suas eventuais dívidas de 2017 e 2018, e assim por diante.		
2.16. Procedimento Insuficiente para Realizar a Efetiva Arrecadação.	Não há procedimentos de verificação da legalidade, certeza e liquidez do crédito para fins de inscrição em Dívida Ativa.		Implantar e implementar procedimento de revisão cadastral dos devedores que vise a sanear incompletudes ou inconsistências cadastrais durante o período que precede a sua execução fiscal, de forma que informações cruciais para a cobrança dos tributos estejam contempladas e atualizadas ao final do procedimento, especialmente o CPF/CNPJ do contribuinte, o endereço completo da residência do contribuinte (correspondência) e o endereço completo do imóvel; observando sempre a prudência em relação ao prazo quinquenal da prescrição.	31/12/2021 TCE, com alteração do TCEES para 31/01/2019, de acordo com o Acórdão 343/2019-9.	<u>A Regularizar</u>
			Materializar a inscrição em dívida ativa implementando procedimento de revisão cadastral para efeito de verificação da certeza e liquidez dos créditos durante o período de acumulação dos exercícios que precede a execução fiscal (3 a 4 anos), aproveitando a oportunidade para promover uma cobrança administrativa e sanear incompletudes ou inconsistências cadastrais, de forma que as informações cruciais para a cobrança judicial dos tributos estejam contempladas e atualizadas ao final do procedimento, especialmente o CPF/CNPJ do contribuinte, o endereço completo da residência do contribuinte (correspondência) e o endereço completo do imóvel; observando sempre a prudência em relação ao prazo quinquenal da prescrição.		
			Implantar e implementar rotinas de atualização cadastral decorrentes do acompanhamento processual das execuções fiscais no município, especialmente em relação às informações obtidas pelos Oficiais de Justiça quando da citação, de forma a qualificar novos ajuizamentos e sanear eventuais inconsistências cadastrais com informações oficiadas pelo Judiciário.		Regularizada
	2.17. Inconsistência no Registro Contábil dos Créditos Tributários.	Divergência entre os valores de arrecadação de impostos municipais na contabilidade (Balancete Orçamentário Analítico do Exercício de	Implantar e implementar rotinas de atualização cadastral com o intercâmbio de informações entre os órgãos da administração, especialmente nas seguintes situações: (i) com os dados decorrentes do acompanhamento processual das execuções fiscais no município, especialmente em relação às informações obtidas pelos Oficiais de Justiça quando da citação, de forma a qualificar novos ajuizamentos e sanear eventuais inconsistências cadastrais; (ii) com dados do próprio contribuinte sempre que este comparecer à Prefeitura para tratar de assunto de seu interesse, especialmente parcelamento de débitos, requerimento de certidões, requerimento de licença de obras e outras, habite-se, etc.	31/12/2019.	Regularizada
			Implantar e implementar procedimentos de controle para que os valores de arrecadação tributária e dívida ativa registrados nos sistemas informatizados de arrecadação sejam consistentes com aqueles registrados na contabilidade;		
			Adotar os seguintes procedimentos, com relação às inconsistências nos	31/12/2019	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

	<p>2017) e no sistema informatizado que controla a arrecadação do Município. O Balancete Orçamentário acusa um valor de Receitas de Taxas e Impostos no total de R\$ 1.273.114,09, enquanto os relatórios de arrecadação, emitido por bancos acusa um total de R\$ 1.206.643,87, o que resulta em uma diferença de R\$ 66.470,22.</p> <p>Verificou-se que a arrecadação das empresas participantes do Simples Nacional não passa pelo sistema da Administração Tributária. Para contabilizar sua arrecadação o servidor da contabilidade acessa o sistema do banco arrecadador, e de posse do relatório procede à contabilização, nesse caso nem o setor tributário nem a contabilidade tem controle sobre qual contribuinte fez parte do montante arrecadado.</p> <p>No exercício de 2017 somou um montante de R\$ 52.859,68. - verificou-se que há contribuinte efetuando depósito em conta corrente sem que o setor tributário ou a contabilidade identifique quem é o contribuinte. No exercício de 2017 somou um montante de R\$ 6.028,59.</p>	<p>registros contábeis com o sistema de arrecadação, em atendimento ao art. 85 da LF 4320/64 e do art. 48 da LRF:</p> <p>a) Estabelecer por meio de normativo próprio uma rotina padrão para a conciliação da arrecadação, da inscrição e do cancelamento registrados no módulo informatizado de contabilidade e no módulo informatizado de arrecadação;</p> <p>b) Estabelecer por meio de normativo próprio uma rotina para que a realização de correções ou anulações seja por meio de novos registros, assegurando a inalterabilidade das informações originais incluídas após sua contabilização, de forma a preservar o registro histórico de todos os atos;</p> <p>c) Realizar a baixa manual por pagamento no sistema de arrecadação por meio de processo administrativo, fazendo constar a documentação suficiente para embasar o respectivo registro contábil da operação.</p> <p>Implantar e implementar as seguintes funcionalidades no sistema de arrecadação:</p> <p>a) Mecanismo no sistema que mantenha o registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuados pelos usuários que contenha, no mínimo: I código do usuário; II operação realizada; III data e hora da operação;</p> <p>b) Relatórios gerenciais que possibilitem a discriminação de cada baixa manual realizada em um determinado período e por tipo de dívida (lançada, exigível/vencida ou em dívida ativa), contendo informações completas da dívida e dos valores (principal, juros e outros acréscimos) devidos e efetivamente pagos, usuário que realizou a baixa e número do processo administrativo que o autorizou, de forma a subsidiar o controle interno e a conciliação a ser realizada periodicamente com a contabilidade;</p> <p>c) Ferramentas exclusivas para baixa manual por pagamento de créditos tributários e individualizados para os já inscritos em dívida ativa e os ainda não inscritos (apenas lançados);</p> <p>d) Mecanismos de validação entre o campo "número de processo" da tela de baixas manuais (lançamentos e de dívida ativa) e a lista de processos abertos no sistema de protocolo, de forma a garantir que nenhum usuário possa completar uma baixa manual sem a inserção de um número de processo já aberto no sistema de protocolo.</p>		
2.18. Cancelamento de Créditos sem Formalidades Necessárias.	<p>Da amostra analisada, verificou-se procedimentos sem o devido processo administrativo, evidenciando os pressupostos de fato e de direito que embasaram o cancelamento de créditos tributários, assim como, a</p>	<p>Adotar os seguintes procedimentos, com relação às inconsistências nos registros contábeis com o Sistema de Arrecadação, em atendimento ao art. 85 da LF 4320/64 e do art. 48 da LRF:</p> <p>a) Estabelecer por meio de normativo próprio uma rotina padrão para a conciliação da arrecadação, da inscrição e do cancelamento registrados no módulo informatizado de contabilidade e no módulo informatizado de arrecadação;</p> <p>b) Estabelecer por meio de normativo próprio uma rotina para que a</p>	31/12/2020	Regularizada
			31/12/2019	Regularizada



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		ausência da homologação por uma autoridade competente.	realização de correções ou anulações seja por meio de novos registros, assegurando a inalterabilidade das informações originais incluídas após sua contabilização, de forma a preservar o registro histórico de todos os atos; c) Realizar a baixa manual por pagamento no sistema de arrecadação por meio de processo administrativo, fazendo constar a documentação suficiente para embasar o respectivo registro contábil da operação.		
			Implantar e implementar as seguintes funcionalidades no sistema de arrecadação: Implantar e implementar as seguintes funcionalidades no sistema de arrecadação: a) Mecanismo no sistema que mantenha o registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuados pelos usuários que contenha, no mínimo: I código do usuário; II operação realizada; III data e hora da operação; b) Relatórios gerenciais que possibilitem a discriminação de cada baixa manual realizada em um determinado período e por tipo de dívida (lançada, exigível/vencida ou em dívida ativa), contendo informações completas da dívida e dos valores (principal, juros e outros acréscimos) devidos e efetivamente pagos, usuário que realizou a baixa e número do processo administrativo que o autorizou, de forma a subsidiar o controle interno e a conciliação a ser realizada periodicamente com a contabilidade; c) Ferramentas exclusivas para baixa manual por pagamento de créditos tributários e individualizados para os já inscritos em dívida ativa e os ainda não inscritos (apenas lançados); d) Mecanismos de validação entre o campo "número de processo" da tela de baixas manuais (lançamentos e de dívida ativa) e a lista de processos abertos no sistema de protocolo, de forma a garantir que nenhum usuário possa completar uma baixa manual sem a inserção de um número de processo já aberto no sistema de protocolo.	31/12/2019	Regularizada
	2.19. Ausência de Baixa no Sistema Tributário de Crédito Prescritos.	Analisando o Relatório de Dívida Ativa Resumida por Inscrição, verificou-se a existência de créditos tributários prescritos, sem que haja a respectiva baixa dos mesmos.	<p>Criar comissão para levantamento real dos créditos tributários prescritos, destacando, dentro do possível, as razões da não cobrança eficiente no tempo oportuno;</p> <p>Proceder à baixa dos créditos no sistema, mediante processo administrativo devendo ser formalmente documentado e motivado com clareza e disponível para ser examinado a qualquer tempo;</p> <p>Orientar a contabilidade de quando da prestação de contas no Tribunal de Contas, fazer nota explicativa para deixar claro o motivo das baixas para justificar a dedução da receita e mencionar o número do processo administrativo instaurado;</p>	31/12/2018	Regularizada
				31/12/2018	Regularizada
				31/03/2019	Regularizada

Achado 2.8 e 2.12- A atualização do cadastro imobiliário está sendo realizada através do Programa de Regularização Fundiária, realizado entre a Secretaria de Planejamento e a Divisão de Tributação.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

5.2 PLANO DE AÇÃO – FISCALIZAÇÃO/AUDITORIA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – TCE/ES

PLANO DE AÇÃO – FISCALIZAÇÃO/AUDITORIA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO TCEES 05960/2018-5 ACÓRDÃO 00540/2019-1 Processo PMDRP 4617/2019					
Item	Achado	Recomendação TCEES	Situação	Data para Conclusão	Ações a Realizar
4.1.1	Plano Municipal de Educação não exequível.	Que o atual gestor realize estudos visando a adequação do Plano Municipal de Educação ao atual cenário do município e, caso necessário, promova a consequente alteração do PME.	Regularizando	Janeiro/2020	Destinar um servidor para compilar as informações junto aos documentos da SEME (concluído em janeiro/2020)
				Setembro/2020	Levantar as estratégias realizadas e as que serão concretizadas, conforme folhas 56 a 122 -processo PMDRP 4617/2019 (em andamento).
				Durante o exercício de 2020.	Elaborar diagnóstico para a prorrogação do PME que incluirá as diretrizes, as metas e as estratégias a vigorar nos anos subsequentes (em andamento)
					Criar cronograma das ações a serem executadas pelo Município (em andamento).
					Avaliação com o Conselho Municipal de Educação e Realização do Fórum Municipal de Educação (em andamento). Elaborar e enviar à Câmara Municipal Projeto de Lei que promova a consequente alteração do PME, à realidade Municipal.
4.1.2	Ausência de acompanhamento ou Acompanhamento insipiente da execução das metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação	Que o atual gestor do jurisdicionado instaure processo formalizado de acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Educação	Regularizando	Março/2020	Promover a atualização e representatividades dos membros do Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação.
				Durante o exercício de 2020	Coletar documentos junto aos arquivos da SEME e da Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto para a formalização de acompanhamento. - Promover o diagnóstico das estratégias – janeiro a dezembro de 2020.
					Realizar reuniões mensais com os técnicos da SEME para o monitoramento das estratégias a partir de fevereiro de 2020.
				Até julho/2020	Realizar reunião de acompanhamento e monitoramento do PME com o Conselho Municipal de Educação.
				2º Semestre de 2020	Realizar reunião com o Fórum Municipal de Educação.
4.1.4	Ausência de levantamento de demanda por vagas de Ensino Infantil	Que o atual gestor analise a viabilidade para adoção de sistema informatizado (tais como SISPAES, o Sistema de Educação de Vitória, entre outros) para levantamento de demanda por vagas na rede de ensino municipal	Regularizando	Durante exercício de 2020	Estabelecer normas para regularização das matrículas da Rede Pública Municipal, vide fls. 42 Processo PMDRP4617/2019(concluído).
					Realizar no início e término do ano letivo a chamada para as matrículas novas e renovação de matrículas pelas escolas, por meio de cartazes, bilhetes aos pais, anúncios nas igrejas, visitas familiares, propaganda volante (concluído).
					Estabelecer número de vagas por escola para o ano de 2021, com base na Resolução 3.777/2014 do CEE, até outubro de 2020 (concluído)
					Atualizar o levantamento de cadastro individual por cidadão e faixa etária através dos Agentes de Saúde, por abrangência de escolas, fls. 32, processo PMDRP 4617/2019 (concluído).
					Identificar as crianças em idade escolar fora da escola através dos agentes Comunitários de Saúde (concluído)
4.1.4	Ausência de levantamento de demanda por vagas de Ensino Infantil	Que o atual gestor analise a viabilidade para adoção de sistema informatizado (tais como SISPAES, o Sistema de Educação de Vitória, entre outros) para levantamento de demanda por vagas na rede de ensino municipal	Regularizando	Durante exercício de 2020	Implantar a partir de 2020, ferramenta que possibilite o Levantamento de Demanda por Vagas (matrículas), na Rede Municipal por Unidade Escolar, até dezembro de 2020 (concluído).



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

4.1.5	Não realização de busca ativa	Que o atual gestor instaure processo formalizado para a realização de busca ativa	Regularizada		Levantar a demanda de creche da população de 0 a 03 anos, por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, vide fls 32 processo 4617/2019. Levantar a demanda de crianças da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (03 a 17 anos) que estejam fora da sala de aula por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, na Busca Ativa realizada em março de 2019. Levantar a demanda de crianças da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (03 a 17 anos) que estejam fora da sala de aula e EJA que tem interesse em retornar aos estudos por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, na Busca Ativa realizada em setembro de 2019.
				Durante exercício de 2020	Realizar Busca Ativa de toda a população escolar por área de abrangência das Unidades escolares.
				Até março/2020	Realizar reunião com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social para a realização de busca ativa. Capacitar os Agentes Municipais de Saúde para Busca Ativa de Crianças em idade escolar que estejam fora da escola.

A Secretaria Municipal de Educação informou, através de despacho, no processo 4617/2019, "...que quanto a coleta e documentos comprobatórios da realização das metas, ao diagnóstico das estratégias e às reuniões mensais, foram adotadas as medidas para o seu cumprimento, conforme cópia das atas de maio/2021 e junho/2021, em anexo, onde constam informações da avaliação e monitoramento realizados pela equipe técnica do PME. Contudo, importante esclarecer que, devido às superveniências ocorridas durante os exercícios de 2020 e 2021, não foi possível a realização de todas as reuniões necessárias e que não houve tempo hábil para a centralização de toda documentação.

Quanto as ações previstas para o mês de dezembro, conforme tabela acima, cumpre esclarecer que a SEME estava dedicada às ações de cumprimento da Meta 01 do PME, que é a oferta de Creche (crianças de 0 a 3 anos de idade). Como é sabido, o município de Dorcas do Rio Preto/ES recentemente foi contemplado com os recursos do FUNPAES para construção da creche municipal.

Ressalta-se, ainda, que a Secretaria de Educação, nos dias 09/11/2021, 16/11/2021 e 23/11/2021, associadamente aos municípios de Guaçu/ES e Muniz Freire/ES, que é pré-requisito para realização da CONAE/2022, cujo objeto é a articulação do Plano Nacional de Educação, suas diretrizes e Estratégias de Ação.

Por estes motivos, algumas das ações previstas não foram concluídas. Ressalta-se que, conforme mencionado alhures, não foi possível a realização de novas reuniões no segundo semestre de 2021. Durante este período, além das ações supramencionadas, foram realizadas outras ações que contribuem para o cumprimento do PME, tais como a aquisição de 01 (um) terreno para construção de um prédio para o funcionamento da CMEIEF "Futuro Brilhante", elaboração de projeto para reforma e ampliação da CMEIEF "Cristina Peixoto do Carmo", projeto de reforma da EMEF "Mundo Novo", reforma e ampliação da CMEI "Mundo Novo", aquisição de mobiliário para atendimento de toda a Rede Municipal, aquisição de lousas digitais interativas, computadores e afins, televisões, celulares, laboratórios móveis de informática, uniformes, dentre outros.

Por fim, informamos que o cronograma de atividades previstas permanece para conclusão em 2022. "

6. ACOMPANHAMENTO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL-TCE/ES - 2018

Tomada de Conta Especial Processo 7084/2018-1 TCEES Processo 3669/2018/PMDRP Eventual dano ao erário em decorrência da majoração da alíquota de ISSQN, sem contudo proceder com a efetiva cobrança					
Processo Administrativo	Data da Instauração	Data de Envio ao TCEES	Protocolo/ Processo TCEES	Descrição do caso de dano apurado	Situação
3669/2018	06/08/2018	06/05/2019	06080/2019-2	Apurar os fatos e identificar os responsáveis por danos ao erário, em face do Decreto nº 2161/2011, que majorou a alíquota incidente sobre o	Regularizando O Tribunal de Contas do ES, através de reunião da Segunda Câmara, conforme Decisão 02340/2021-1,



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

				Imposto sobre serviços de Qualquer natureza – ISSQN de 3% (três por cento) para 5% (cinco por cento) e que não foi observada a cobrança da nova alíquota pelo município de Dorcas do Rio Preto/ES, durante o período de 01/01/2012 a 10/07/2012.	decidiu SOBRESTAR os autos do processo 07084/2018-1 até o trânsito em julgado do Acórdão proferido no Recurso Extraordinário RE 636.886 pelo STF – Tema 899, que reconheceu a “ Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão do Tribunal de Contas”.
--	--	--	--	--	--

7. ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS

7.1 PROCESSO ADMINISTRATIVO – 2019

Processo Administrativo	Data de Instauração	Descrição do caso de dano apurado	Situação
4976/2018	15/01/2019	Apuração de responsabilidade por pagamento realizado pelo Município a título de condenação judicial no valor de R\$9.470,00, processo judicial nº 7 0000361-42.2018.8.08.0018	Arquivado Orientado através do processo nº 5774/2019, despacho UCCI/PMDRP nº 007/2020, sobre a necessidade de observância dos prazos legais e regimentais para conclusão de processos desta natureza. Após vários desdobramentos do referido processo, a fim de afastar qualquer nulidade que possa vir a maculá-lo, a Comissão de Processo Administrativo orientou para que o mesmo fosse arquivado e posteriormente reaberto. Sendo aberto o processo nº 4621/2020, o qual apura os mesmos fatos

7.2 PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – 2020

Processo Administrativo	Data de Instauração	Descrição do caso de dano apurado	Situação
4621/2020	20/10/2020	Apuração de responsabilidade por pagamento realizado pelo Município a título de condenação judicial no valor de R\$9.470,00, processo judicial nº 7 0000361-42.2018.8.08.0018	Regularizado O processo nº 4621/2020, apura os mesmos fatos do processo 4976/2018, sendo que este foi arquivado, a fim de se afastar qualquer nulidade que poderia vir a maculá-lo. O processo 4621/2020 teve seu trabalho apuratório devidamente encerrado e concluído, tendo o feito sido remetido ao Chefe do Poder Executivo com o relatório final e as conclusões da Comissão Processante, no qual apurou-se a não responsabilidade dos servidores envolvidos, conforme publicação nº 3687/20, datada de 09/07/2021, no Diário Oficial dos Municípios.

7.3. PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – 2021

Processo Administrativo	Data de Instauração	Descrição do caso de dano apurado	Situação
0690/2021	25/01/2021	Apurar o recebimento de adicional de insalubridade pelo servidor Valdecir Vieira Ribeiro, no período compreendido entre setembro de 2018 a dezembro de 2020, conforme consta em manifestação anônima junto à Ouvidoria do TCE/ES. Após o conhecimento dos fatos pelo	A regularizar O processo se encontra na Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		administração, o pagamento, a título de adicional de insalubridade fora cessado e prestadas as informações ao requerente.	
1340/2021	19/02/2021	Apurar as possíveis irregularidades cometidas pelo servidor Fabricio Araújo Marques, lotado no Almoxarifado Municipal, no cargo de Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação, o qual teria supostamente subtraído do seu local de trabalho, 03 litros de gasolina, às 13:28, na data de 02/02/2021, e colocado em sua motocicleta, de acordo com depoimentos e filmagens do local. Assim sendo, foi instaurado PAD em desfavor do servidor.	A regularizar O processo se encontra em fase de defesa escrita do indiciado. Contando prazo a partir do dia 07 de março de 2022.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados apresentados neste relatório, fica evidenciado que as atividades desta Unidade Central de Controle Interno, no exercício de 2021, foram balizadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas desta Administração Municipal, pelo cumprimento do PAACI, atentando para os princípios que regem a atuação da administração pública, assim como a execução de obrigações que surgiram no decorrer do exercício.

A equipe desta Unidade, mesmo com a rotatividade de servidores no setor, esforçou-se para cumprir devidamente com suas atribuições e competências, na consecução de seus objetivos institucionais, assim como de sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Dorcas do Rio Preto/ES, 29 de março de 2022.


Carlos Alberto da Silva Júnior
Controlador Geral Interno
Matrícula 014944
OAB/MG 165.055


Ivana Cecília Lacerda Loreti
Coordenador de Controle Interno
Matrícula 014957
OAB/MG 203.428


Luciane Teresinha Provani Palácios
Auditor Público Municipal
Matrícula 012673
CRC-ES 017959/O-2